



ATA N.º 19/XI-2º/2014-15

1 - Aos dezassete dias do mês de dezembro de dois mil e catorze, pelas 21H00, no Pavilhão Gimnodesportivo da Sociedade Recreativa União Pragalense, sito na rua Sociedade Recreativa Pragalense, no Pragal, realizou-se a Primeira Reunião da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Almada, referente ao mês de dezembro, com a seguinte agenda:

- 1 - Período de Intervenção dos Cidadãos
- 2 - Período de Antes da Ordem do Dia
- 3 - Período da Ordem do Dia
 - 3.1 - Projeto de alteração da composição da Comissão nº 4 - Ação Social, Serviços Públicos e Transportes.
 - 3.2 - Apreciação da Informação do Presidente da Câmara Acerca da Atividade Municipal
 - 3.3 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Alteração dos Estatutos da AIA”
 - 3.4 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromissos”
 - 3.5 - Apreciação e votação das Propostas da Câmara Municipal sobre:
 - 3.5.1 - “Opções do Plano do Município para 2015”;
 - 3.5.2 - “Orçamento do Município para 2015”;
 - 3.5.3 - “Mapa de Pessoal do Município”;
 - 3.5.4 - “Opções do Plano dos SMAS para 2015”;
 - 3.5.5 - “Orçamento dos SMAS para 2015”;
 - 3.5.6 - “Mapa de Pessoal dos SMAS”;
 - 3.6 - Apreciação e votação das Propostas da Câmara Municipal sobre:
 - 3.6.1 - Contrato de Delegação de Competências entre a CMA e a Junta da União de Freguesias de Almada, Cacilhas, Cova da Piedade e Pragal;
 - 3.6.2 - Contrato de Delegação de Competências entre a CMA e a Junta da União de Freguesias da Caparica e Trafaria;
 - 3.6.3 - Contrato de Delegação de Competências entre a CMA e a Junta da União de Freguesias da Charneca de Caparica e Sobreda;
 - 3.6.4 - Contrato de Delegação de Competências entre a CMA e a Junta da Freguesia da Costa da Caparica;



- 3.6.5 - Contrato de Delegação de Competências entre a CMA e a Junta da União de Freguesias do Laranjeiro e Feijó.
- 3.7 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Contrato Programa com a ECALMA-EM”
- 3.8 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Recrutamento para preenchimento de postos de trabalho para Fiscal Municipal”
- 3.9 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Recrutamento para preenchimento de postos de trabalho para Auxiliar de Ação Educativa e alteração ao Mapa de Pessoal para 2015 da Câmara Municipal”
- 3.10 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre o “Regulamento do Bairro da Nossa Senhora da Piedade - Obras de Edificação”
- 3.11 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre o “programa Municipal de Emergência Social”
- 3.12 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre o “plano Municipal para a Igualdade de Género
- 2** - Instalou-se a Mesa constituída pelo Presidente Sr. José Manuel Maia Nunes de Almeida e pelas Secretárias Sr^{as}. Elisabete Peres Pereira e Sónia Tchissole Pires da Silva.
- 3** - Fez-se a chamada dos Senhores Deputados Municipais e foi verificado o quórum.
- 3.1** - Responderam à chamada os seguintes Senhores Deputados Municipais:
José Manuel Maia Nunes de Almeida; Maria Luísa Monteiro Ramos; Elisabete Peres Pereira; João Eduardo Alves de Moura Geraldês; Sónia Tchissole Pires da Silva; Nuno Miguel Costa Gonçalves; Ana Luísa Abílio Rodrigues de Carvalho; José Gabriel Guiomar Joaquim; Eva Sofia Borges de Araújo Gomes; José Joaquim Machado Courinha Leitão; Maria d’Assis Beiramar Lopes Almeida; Manuel Domingos Rodrigues Batista; Sérgio Cantante Faria de Bastos; João Ricardo Lourenço Quintino; Pedro Miguel de Amorim Matias; Paulo Filipe Pereira Viegas; Nuno Filipe Miragaia Matias; Luísa Maria Gama Varela; Paulo Alexandre Ribeiro Sabino; António Francisco Salgueiro; Carlos Fernando Gonçalves Guedes; Pedro Manuel Nunes de Oliveira; Alexandra Branco Ralo Barata Correia; António Pedro Rodrigues do Livramento Maco; Maria Odete Teixeira Seguro Sanches Alexandre; Ricardo Jorge Cordeiro Louçã; Teresa Paula de Sousa Coelho; Ana Margarida Figueiredo Alves Luna de Carvalho; José Ricardo Dias Martins e Luís Filipe Almeida Palma.



4 - Nos termos e para os efeitos do nº 3, do artigo 38º, do Regimento da Assembleia, registou-se os seguintes procedimentos:

4.1 - Do Presidente procedendo ao anúncio das comunicações dos Senhores Deputados Municipais solicitando a substituição por ausência:

- O Senhor Deputado Municipal Bruno Ramos Dias, com ausência nos dias 17 e 19 de dezembro de 2014, (Ent. nº 2503/XI-2º), (**Conforme Anexo I**).
- O Senhor Deputado Municipal Carlos Manuel Coelho Revés, com ausência nos dias 17, 18 e 19 de dezembro de 2014, (Ent. nº 2410/XI-2º), (**Conforme Anexo II**).
- O Senhor Deputado Municipal José Alberto Azevedo Lourenço, com ausência nos dias 17, 18 e 19 de dezembro de 2014, (Ent. nº 2551/XI-2º), (**Conforme Anexo III**).
- O Senhor Deputado Municipal Nuno Miguel Macedo Marques Vitorino, com ausência nos dias 17 e 18 de dezembro de 2014, (Ent. nº 2497/XI-2º), (**Conforme Anexo IV**).
- O Senhor Deputado Municipal Daniel Pedro Sobral, com ausência no dia 17 de dezembro de 2014, (Ent. nº 2490/XI-2º), (**Conforme Anexo V**).
- A Senhora Deputada Municipal Ana Catarina Veiga dos Santos Mendonça Mendes, com ausência no dia 17 de dezembro de 2014, (Ent. nº 2533/XI-2º), (**Conforme Anexo VI**).
- A Senhora Deputada Municipal Ana Marques Serra e Moura Salvado, com ausência no dia 17 de dezembro de 2014, (Ent. nº 2534/XI-2º), (**Conforme Anexo VII**).
- O Senhor Deputado Municipal João Rafael Faustino de Almeida, com ausência nos dias 17, 18 e 19 de dezembro de 2014, (Ent. nº 2500/XI-2º), (**Conforme Anexo VIII**).

4.1.1- Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse:

- O Candidato Senhor António Abrantes de Almeida, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 17 de dezembro, do eleito Sr. Bruno Ramos Dias, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo IX**).
- O Candidato Senhor José João Santos da Mata, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 17 de dezembro, do eleito Sr. Carlos Manuel Coelho Revés, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo X**).
- A Candidata Senhora Ana Isabel Ricardo Pato Stevens, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 17 de dezembro, do eleito Sr. José Alberto Azevedo Lourenço e por impedimento da cidadã Sr.^a Filipa Raquel da Silva Barroso, do cidadão Sr. José Augusto Tavares Oliveira, do cidadão Sr. Luís António de Matos Vicente, da cidadã eleita pelo PEV Helga Cristina Rosa Ribeiro, do cidadão Sr. Mário Filipe Burriga Nunes de Castro e do cidadão Sr. Pedro Miguel Correia da



Costa, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexos XI, XII, XIII, XIV, XV e XVI**).

- O Candidato Senhor Carlos Alberto Marques Machado dos Santos, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 17 de dezembro, do eleito Sr. Nuno Miguel Macedo Marques Vitorino, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo XVII**).
- O Candidato Senhor Joaquim Machado Duarte, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 17 de dezembro, do eleito Sr. Daniel Pedro Sobral, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo XVIII**).
- A Candidata Senhora Vanda Maria Barreiros de Lima e Silva, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 17 de dezembro, da eleita Sr.ª Ana Catarina Veiga dos Santos Mendonça Mendes, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo XIX**).
- O Candidato Senhor Nuno de Avelar Pinheiro, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 17 de dezembro, da eleita Sr.ª Ana Marques Serra e Moura Salvado, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo XX**).
- A Candidata Senhora Ana Catarina Ribas Lopes, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 17 de dezembro, do eleito Sr. João Rafael Faustino de Almeida, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo XXI**).

4.2 - Feitas as substituições ao abrigo das disposições legais e regimentais, não se registou qualquer falta.

4.3 - O Presidente deu nota da Informação do Expediente Entrado do nº 2191/XI-2º ao 2464/XI-2º do Expediente Enviado do nº 1529/XI-2º ao nº 1716/XI-2º, Reunião de Representantes dos Grupos Municipais - Súmula Nº 07/XI-1º/2013-14, das Atas Nºs 17/XI-1º/2013-14 e 18/XI-1º/2013-14 e das Minutas das Atas Nºs 17/XI-1º/2013-14 e 18/XI-1º/2013-14 e da Informação Nº 06/13-14 da Atividade dos Membros da Mesa.

4.3.1 - Não havendo pedidos de palavra e após verificação do quórum procedeu-se à votação das Atas N.ºs 17/XI-1º/2013-14 e 18/XI-1º/2013-14 e as Minutas das Atas N.ºs 17/XI-1º/2013-14 e 18/XI-1º/2013-14, que foram respetivamente aprovadas por unanimidade e ratificadas por unanimidade, respetivamente.

4.4 - O Presidente informou ainda da comunicação da Senhora Deputada Municipal Maria Odete Alexandre eleita pela lista do Partido Socialista passa a exercer o mandato na qualidade de independente, deixando de integrar o Grupo Municipal Socialista.



5 - Nos termos e para os efeitos do artigo 16º, nº 9, alínea b), do Regimento o Presidente da Assembleia deu informação dos Requerimentos apresentados:

5.1 - Pelo Sr. Deputado Municipal José Joaquim Leitão, solicitando informações sobre “Processo da CMA nº E/9668/2011”.

5.1.1 - O requerimento deu entrada nos serviços da Assembleia no dia 23 de outubro de 2014, foi registado com a Entrada nº 2211/XI-2º e designado de nº 3/PS/XI.

5.1.2 - O requerimento foi remetido à Presidência da Câmara em 24 de outubro de 2014, através do ofício nº 1543/XI-2º e informado o Sr. Deputado Municipal requerente através do ofício nº 1542/XI-2º de que o requerimento é remetido à Câmara no mesmo dia.

5.2 - Pelo Sr. Deputado Municipal António Salgueiro, solicitando informações sobre o Festival “Sol da Caparica”.

5.2.1 - O requerimento deu entrada nos serviços da Assembleia no dia 23 de outubro de 2014, foi registado com a Entrada nº 2213/XI-2º e designado de nº 1/PSD/XI.

5.2.2 - O requerimento foi remetido à Presidência da Câmara em 24 de outubro de 2014, através do ofício nº 1545/XI-2º e informado o Sr. Deputado Municipal requerente através do ofício nº 1544/XI-2º de que o requerimento é remetido à Câmara no mesmo dia.

5.3 - Pelo Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco, solicitando informações sobre “Recolha de Lixo e Resíduos Urbanos”

5.3.1 - O requerimento deu entrada nos serviços da Assembleia no dia 09 de dezembro de 2014, através do ofício nº 2455/XI-2º e designado de nº 4/CDS-PP/XI.

5.3.2 - O requerimento foi remetido à Presidência da Câmara em 17 de dezembro de 2014, através do ofício nº 1743/XI-2º e informado o Sr. Deputado Municipal requerente através do ofício nº 1744/XI-2º de que o requerimento é remetido à Câmara no mesmo dia.

6 - Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.

6.1 - Usou da palavra o Munícipe Exm.º Senhor Telmo Ribeiro, residente no Laranjeiro.

6.1.1 - O Munícipe Exm.º Senhor Telmo Ribeiro:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

É com enorme prazer que a Juventude Popular de Almada, volta a esta assembleia municipal, desta vez com uma nova comissão política que pretende mais uma vez fazer chegar a esta assembleia as ideias e propostas dos jovens do nosso concelho.



Com o que nos comprometemos, Cumpriremos, foi esta a mensagem que deixámos aos jovens do nosso concelho quando andamos no terreno a ouvir as suas proposta, e hoje vamos apresentá-las porque queremos tornar este concelho mais jovem.

Em primeiro lugar, Senhor Presidente, deixe-me que lhe indique a necessidade urgente de uma residência universitária no nosso concelho, isto porque as alternativas que existem no nosso concelho não são suficientes, por isso parece-nos importante que este município tenha em especial atenção a esta proposta pois pode se orgulhar de contar com 3 polos de ensino superior: FCT, Egas Moniz e Piaget.

Residência Universitária que propomos, deveria ser construída na zona de Almada Velha, pois acreditamos que uma residência universitária neste local é como juntar o Útil ao agradável: Útil para os nossos jovens, útil porque é uma zona calma, útil porque beneficia as famílias dos jovens universitários e demonstra a preocupação que este concelho tem em bem receber estes jovens. O agradável é preservar o património histórico desta zona, restaurando alguns edifícios, tornando esta zona menos velha e mais dinâmica.

Propomos também um Programa Municipal de Saúde Escolar junto das Escolas de Ensino Básico de 1º, 2º e 3º ciclo. Programa este que deve beneficiar a Higiene Oral como também para a sensibilização para uma educação alimentar saudável, o incentivo à atividade física e por fim um projeto de psicologia de forma a trabalhar o comportamento emocional das nossas crianças.

Propomos a criação de um fundo de "Apoio de Emergência aos Jovens Universitários", com vista ajudar ocasionalmente os jovens universitários do nosso concelho, que por infelicidade se viram privados de conseguir pagar as suas propinas a meio do ano.

Propomos Plano/Estudo de revitalização das zonas de diversão noturna. Acreditamos que este concelho tem potencialidades de criar zonas de diversão noturna de forma a não obrigar os nossos jovens a procurar estas respostas fora do nosso concelho.

Por isso propomos 3 pontos-chaves, para a criação de zonas de diversão noturna: Almada Velha, Cacilhas e Costa da Caparica, salvaguardando sempre o controlo dos horários e normas controladas, para que ninguém saia prejudicado

Apresentamos também um melhor aproveitamento das estruturas existentes no nosso concelho destinadas para os jovens (Ponto de Encontro, Centro St.º Amaro, Espaço Jovem) para que sejam criadas salas de estudo e de trabalho a funcionar 24 horas,



MUNICÍPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

pois bem sabemos o quão são importantes para os jovens do ensino secundário e muito mais do ensino superior.

Propomos também locais de acesso à Internet nas bibliotecas e um Programa de incentivo ao Voluntariado Jovem.

Estas e muitas outras propostas são as que apresentamos nesta Assembleia Municipal e que esta Comissão Política também irá apresentar no Fórum Municipal Jovem.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, tenho a certeza que terão especial atenção às nossas propostas, que são como já disse as propostas dos jovens do nosso concelho, e que por isso merecem ser trabalhadas e discutidas nesta assembleia.

Para terminar a minha exposição e aproveitando o ensejo, a Juventude Popular de Almada Deseja um Feliz e Santo Natal e um Bom Ano Novo a esta Assembleia Municipal.

Obrigado”

6.2 - Usou da palavra o Munícipe Exm.^o Senhor Mário de Oliveira, em representação da Comissão de Moradores do Bairro Amarelo, residente na Caparica.

6.2.1 - O Munícipe Exm.^o Senhor Mário de Oliveira:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Sou membro da Comissão de Moradores do Bairro Amarelo, e o que tenho a expor é o seguinte: quando as reformas estão congeladas, quando os salários dos trabalhadores praticamente não são aumentados, quando os gastos com a saúde, com a educação, com o apoio a filhos e netos é o pão nosso de cada dia da população, particularmente aqui, agora o caso do Bairro Amarelo, o IRHU brindou esta população com aumentos de renda de casa que vão de 1000 a 3000%, o que significa um ataque sem precedentes à vida quotidiana já tão degradada desta população. Nesse sentido os moradores resolveram fazer uma concentração na próxima sexta-feira pelas 11H00 junto ao IHRU, para apresentar as suas reivindicações e protestar contra estes brutais aumentos. Nesse sentido convidamos os Srs. Membros desta Assembleia que nos queiram fazer acompanhar o qual ficaremos muito gratos pelo apoio que nos darão.

Queria aproveitar o ensejo para agradecer à Sr.^a Presidente da União de Freguesias da Caparica e Trafaria pelo grande apoio que tem dado a esta Comissão, sem o qual não teríamos possibilidades de levar a efeito toda a ação que temos desenvolvido.

O convite está feito, muito obrigado. Boa noite.”



6.3 - Em resposta aos Senhores Múncipes, prestando esclarecimentos e informações, usaram da palavra os Srs. Deputados Municipais Nuno Matias, Luísa Ramos e Carlos Guedes, o Sr. Vereador Rui Jorge a solicitação do Sr. Presidente da Câmara e o Senhor Presidente da Câmara Municipal.

6.3.1 - O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Só dois pequenos apontamentos em relação às intervenções que foram feitas.

Em relação ao conjunto de ideias que aqui nos foram trazidas pelo Sr. Telmo Ribeiro, penso que em nome da Juventude Popular, manifestar a disponibilidade da Câmara Municipal para poder ser feita uma reunião com base no documento que acabou de ler e para podermos avaliar do conjunto de propostas em concreto que aqui nos trouxe. Portanto foi um conjunto bastante vasto, penso que o documento ou a intervenção ficará registada em ata ou pelo menos será enviada à Assembleia e penso que será mais interessante que possamos, à semelhança daquilo que se tem feito, fazer-se uma reunião com a Juventude Popular ou com o Sr. Telmo Ribeiro ou quem a Juventude Popular entenda por bem.

Em relação às questões do Bairro Amarelo, manifestar a nossa inteira solidariedade com a luta da população e com as iniciativas que têm vindo a tomar. Dizer-vos que nós acompanhamos as preocupações que foram manifestadas e que não deixaremos de estar representados também na iniciativa que tem programada para sexta-feira junto ao IHRU procurando ser recebidos para colocarem os problemas que os afetam. Portanto, continuaremos a acompanhar este tema e já agora e aproveitando o ensejo pedia ao Sr. Vereador Rui Jorge Martins que pudesse dizer alguma coisa sobre aquilo que é a política Municipal em relação à questão do arrendamento social.

Aproveitar também para informar que foi realizada ontem a distribuição de 30 chaves, foi feito o realojamento de 31 famílias, neste caso, completando-se assim o previsto realojamento, neste caso, de 121 famílias durante o ano que decorreu desde dezembro de 2013 até à presente data.”

6.3.2 - O Sr. Vereador Rui Jorge Martins, a solicitação do Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Uma outra nota também naturalmente de reforço desta ideia já avançada pelo Sr. Presidente do nosso acompanhamento e preocupação com estas questões que têm a ver com a nova legislação sobre as rendas e nomeadamente estes aumentos que



estas populações que são inquilinas do Instituto de Habitação que é um Instituto Estatal com a responsabilidade de garantir um direito que é constitucional, que é o direito à habitação que todos os cidadãos portugueses têm e que está consagrado na nossa lei fundamental mas que é um Instituto de Habitação que promove uma política não só que leva a despejos, aliás esta legislação de habitação social vai levar a despejos e é preciso que isto fique aqui dito, e já tem levado a despejos, o Instituto de Habitação que tem-los feito, que depois vêm bater à porta da Câmara e em muitas situações temos vindo a resolver. Isto não é uma solução, isto é lançar a bola de um para o outro, sendo que a competência é do primeiro, no caso do Estado representado aqui pelo IHRU. E estes aumentos dos 1000, dos 2000% que aqui são relatados tem a ver com a não aplicação durante anos e anos e anos por parte do IHRU da legislação que o próprio Estado fez o Decreto-Lei 166/93. Mas também um completo desinteresse sobre estes Bairros Sociais, sem obras feitas, sem qualquer tipo de intervenção na sua manutenção, na sua valorização que muitas vezes são os próprios moradores a fazer. E depois a opção é, vamos aplicar de repente o Decreto-Lei 166/93, sem isto ser sequer dar algum tempo de maneira a permitir a aplicação faseada. Muito menos criando as soluções como as que o Município de Almada tem e já tem há muitos anos, em regulamentação própria aprovado pela Câmara e pela Assembleia Municipal, em que os nossos idosos, pensionistas, reformados, o apuramento da sua pensão, da sua reforma é considerada só em 50% para o agregado familiar, o que possibilita a que aquelas pessoas possam ter rendas mais baixas e permita ter aqui alguma folga para poderem aceder aos medicamentos, etc. que necessitarão nessas idades. Também os jovens em idade escolar até aos 25 anos mesmo que trabalhem e para promover a possibilidade de continuarem a estudar, também no nosso município não conta tão pouco qualquer rendimento que possam ter para o apuramento do agregado familiar, ou seja, nas formulas de cálculo que existem na legislação no Decreto-Lei 166/93, os rendimentos do agregado familiar nas famílias mais carenciadas são considerados com um volume menor e portanto as rendas não têm esta expressão que têm nos arrendamentos do Estado Central. É de facto preocupante quando a habitação social é um problema e é um problema que está colocado às pessoas e não é uma solução, acho que devia o Estado pensar nisto e a legislação que está a ser feita a ser produzida, a ser regulamentada e aplicada vai com certeza contribuir para piorar a situação que temos e nunca para a resolver.”



6.3.3 - O Sr. Deputado Municipal Nuno Matias (PSD):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu confesso que não estava para intervir neste ponto, não deixando de saudar os moradores do Bairro Amarelo, mas a intervenção do Sr. Vereador Rui Jorge Martins leva-me a ter que fazer algumas precisões e uma questão. É que o Sr. Vereador Rui Jorge Martins acabou de afirmar que o IHRU tem promovido despejos. A minha pergunta é muito clara, é ou não verdade que os despejos que o IHRU tem feito diz respeito a um conjunto de ocupações ilegais que foram acontecendo no Bairro Amarelo e tanto fez despejos o IHRU como fez despejos a Câmara, exatamente por ocupações ilegais, não por não pagamento de rendas. Isto é importante que fique claro para não haver atoardas, alaridos e ruídos em relação a estas matérias. Porque eu tive ocasião já de falar com os representantes dos moradores noutra sede, eu percebo obviamente as suas preocupações, tenho procurado diligenciar junto de quem de direito que se tente perceber o contexto em que as atualizações estão a ser feitas, o ritmo a que elas irão ser concretizadas, mas também é verdade que estas atualizações começaram em 2010 noutros Bairros e é importante também realçar que há 30 anos essas rendas não eram atualizadas. Eu percebo os problemas que estão a apresentar, obviamente numa altura onde as pessoas também passam dificuldades, as atualizações têm que ser se possível mais alongadas no tempo. Agora em relação aos despejos é importante que isto fique claro, o IHRU não produziu nenhum despejo que não seja de ocupações ilegais. E foi algo e um processo que foi em tudo similar a um despejo, pelo menos um que a Câmara também já fez em relação a uma ocupação ilegal. E esta é a pergunta concreta que lhe deixo, porque a última coisa que poderia acontecer aqui nesta Assembleia é ser feita uma afirmação de tal gravidade que não fosse devidamente esclarecida em que contexto é que ela foi desenvolvida, porque a informação que eu tenho é que seja no IHRU, seja a Câmara, fizeram despejos em relação a ocupações ilegais, ilegais. E era a questão concreta que eu deixava.”

6.3.4 - A Sr.^a Deputada Municipal Luísa Ramos (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Saudar os moradores do Bairro Amarelo, mostrar a solidariedade da CDU nesta forma como estão a demonstrar ao Governo, a nós Assembleia Municipal, ao IHRU, digamos a incomportabilidade do que são as consequências destes aumentos, mas para além disso chamar a atenção também de uma outra solução que se vai colocar se o Sr.



Presidente da República promulgar a lei que lá tem e que foi aprovada e creio que só com os votos da maioria sobre a nova renda apoiada. É que para além de manter os cálculos, os critérios para os cálculos da renda apoiada o que do nosso ponto de vista e dos moradores mantém a injustiça, a verdade é que ao abrigo de um artigo que se chama de mobilidade, coloca e precariza, digamos, o direito à habitação, coloca o direito à habitação com a previsão de despejos. E portanto eu não entro tanto nesta pergunta que o Sr. Deputado Municipal fez ao Sr. Vereador, também aguardo esclarecimentos que seguramente haverá, mas a questão que se coloca é se o Presidente da República, promulgar a lei aprovada pelo PSD e o CDS na Assembleia da República, ninguém pode garantir que não haverá despejos a partir do IHRU e basta só isto, é três anos ter a renda técnica, ou o agregado familiar diminuir o número e se não aceitar o realojamento acontece o despejo. Portanto, nós aqui temos que ver e saudar a luta das populações em defesa do direito à habitação, porque efetivamente são pessoas carenciadas e estamos de acordo, e portanto não é humanamente justo sobretudo no mês de Natal quando não há subsídio de Natal em que as pessoas sejam presenteadas com aumentos de tal maneira que são eles próprios divididos por três anos, bom mas acrescento no ponto da ordem de trabalhos a seguir temos efetivamente uma posição sobre isso, acrescento que também devíamos pronunciar contra a lei que está para ser promulgada que vai ao ponto de se imiscuir e retirar autonomia ao Poder Local para poder ter formas mais ajustadas de defender o direito à habitação.”

6.3.5 - O Sr. Vereador Rui Jorge Martins, a solicitação do Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Sr. Deputado Nuno Matias eu não o convido a estar presente numa reunião de Câmara porque o Sr. Conhece e foi Vereador da Câmara e conhece bem a quantidade de processos que chegam à Câmara de pessoas com as necessidades de habitação, de realojamento e enfim conhece a dimensão do problema. Portanto, seria escusado estar aqui a fazer uma proposta nesse sentido. Mas dizer-lhe que a grande diferença que nós temos em relação ao IHRU, em relação à questão dos despejos, é que nós não fizemos despejos, nós entrevistamos no exato dia, hora, momento em que houve uma ocupação ilegal de habitações sociais municipais em que estavam com destinatário, que estavam ao abrigo do PER e da construção PER que temos contratualizado com o Estado para os realojamentos e algumas destas casas que



foram agora entregues como o Sr. Presidente disse que foram entregues nesta atribuição de habitação social e no dia em que esta situação aconteceu, nós, os nossos técnicos municipais, a GNR, fomos lá, pedimos às pessoas “façam o favor de sair, não podem estar aqui, não existe qualquer direito, não existe qualquer contrato convosco, as habitações já estão atribuídas a famílias.”

O IHRU permitiu que estas pessoas nesta última situação estivessem um ano, eu cito um nome chama-se “S” mas não interessa o nome, está com uma barraca feita frente às piscinas do Monte de Caparica, com quatro crianças pequenas, um bebé que acabou de nascer e que foi tirada um ano depois de estar numa casa, estava numa casa, tinha expectativas, o bebé é mais novo do que o tempo em que a Sr.^a esteve naquela casa que o IHRU permitiu de alguma maneira que ali estivesse. O não fazer nada permitiu com a sua inação que aquele direito se afirmasse e esta sua inação passado um ano sem a pessoa ter encontrado qualquer alternativa, sem que da parte da Segurança Social, sem que da parte do Estado, da promoção de emprego houvesse qualquer condição de aquela pessoa adquirir o seu direito de acesso à habitação digna, condigna, essa pessoa é posta na rua sem qualquer outro tipo de solução, onde é que essa pessoa nos vai bater? À reunião de Câmara, como é evidente. E aconteceu isto com esta pessoa com um ano e já aconteceu em situações anteriores com pessoas que já estiveram dez, quinze anos em situação de ocupação ilegal, já nos chagaram lá pessoas que foram despejadas pelo IHRU neste tipo de circunstâncias. Portanto, já aconteceu e eu mostro-lhe os nomes das situações que temos, tenho esta área da habitação social anos suficientes para já me terem passado um conjunto de aspetos pela mão como o Sr. muito bem sabe. E portanto, é uma insensibilidade social fortíssima que leva a que o Instituto que tem esta responsabilidade e é ele que o tem, nós temos subsidiariamente, a Câmara tem quando o Estado não consegue resolver, resolvemos nós, estamos cá para ajudar subsidiariamente e solidariamente com o Estado, estamos cá, mas em primeiro lugar quem tem esta responsabilidade é o Estado, nós temos subsidiariamente como bem disse e naquilo que temos contratualizado temos com certeza de cumprir com aquilo que são as nossas obrigações e responsabilidades.”

6.3.6 - O Sr. Deputado Municipal Carlos Guedes (BE):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Dizer apenas, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda na Assembleia da República tem acompanhado estas questões relativas à habitação social e tem



produzido intervenção, tem produzido propostas que naturalmente têm batido nesta maioria e estamos de facto preocupados com esta insensibilidade social que se vai manifestando e que vai ganhando contornos que não podem senão nos deixar de facto muito atentos e muito preocupados.

Ao Sr. Representante da Comissão de Moradores do Bairro Amarelo, dizer-lhe que o Bloco de Esquerda em Almada acompanha as vossas preocupações e está naturalmente à vossa disposição naquilo que puder ajudar, naquilo que estiver ao nosso alcance.”

7 - Foi declarado aberto o Período de Antes da Ordem do Dia.

7.1 - Os Votos de Pesar foram apresentados pelos Srs. Deputados Municipais Pedro Oliveira (apresentando Voto de Pesar pelo falecimento de Francisco Nogueira Bernardes-Silva), Mesa da Assembleia (apresentando Voto de Pesar pelo falecimento do Dr. Machado Soares e Voto de Pesar pelo falecimento do Almirante Vítor Crespo - Militar da Abril) e Pedro Matias (apresentando Voto de Pesar pelo falecimento do Voto de Pesar de Domingos Brazuna).

7.1.1 - O Sr. Deputado Municipal Pedro Oliveira (BE):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Voto de Pesar pelo falecimento de Francisco Nogueira Bernardes-Silva

Francisco Nogueira Bernardes-Silva faleceu no passado dia 11 de Novembro com 84 anos de idade. Nascido em 10 de Junho de 1930, na antiga freguesia de São Jorge de Arroios, Lisboa, viveu boa parte da sua vida na Charneca de Caparica.

Estudante do Liceu Camões, concluiu em 1957 o curso de Engenharia Mecânica no Instituto Superior Técnico. A sua carreira profissional foi ligada aos transportes desde a metalomecânica ligeira até à fabricação de pneus, quer em Portugal, quer em Angola e Moçambique, onde esteve aproximadamente 20 anos.

Em 1991 publicou o seu primeiro livro de poesia *Poesia Extravasada*. Colaborou no projeto cultural Poetas Almadenses e é citado na antologia *Almada Nossa Terra*, publicou o caderno “ *Uma dúzia de Páginas de Poesia nº 8* ” e participou na coletânea poética *Index Poesis*. Em 2007 publicou um novo livro “*Poesia Sonetada*” que teve apresentação no Fórum Municipal Romeu Correia em Almada.

Militante do Bloco de Esquerda desde o seu início, foi diversas vezes candidato autárquico, participou nas campanhas eleitorais enquanto a saúde o permitiu, tendo assumido o cargo de Deputado na Assembleia Municipal de Almada no mandato 2005/2009.



A Assembleia Municipal de Almada reunida em Sessão Ordinária de 17 de Dezembro de 2014, delibera:

1. Manifestar pesar pelo falecimento do Cidadão, do Munícipe, do Poeta, do Deputado Municipal e do militante empenhado que foi Francisco Nogueira Bernardes-Silva.
2. Apresentar à sua família e amigos as mais sentidas condolências.”

7.1.2 - O Sr. Presidente da Assembleia Municipal:

“Srs. Deputados Municipais;

7.1.2.1 - Voto de Pesar pelo falecimento do Dr. Machado Soares

Faleceu em Almada, onde residia, no passado dia 7 de dezembro, com 84 anos, o Dr. Fernando Machado Soares - poeta, cantor, compositor, jurista e juiz jubilado.

O Dr. Machado Soares nasceu nos Açores e estudou direito em Coimbra onde se afirmou como um dos maiores nomes do fado de Coimbra. Foi o cantor associado à famosa “Balada do VI Ano Médico de 1958”, que incluiu os versos “Coimbra tem mais encanto/na hora da despedida”, uma canção referência da cidade e de toda a comunidade académica. Foi autor de muitos outros temas de sucesso, caso de “A Balada do Entardecer” e de “Fado da Noite”, que ao longo da vida continuou a interpretar nas suas atuações em palcos e casas de fado, caso de “O Senhor Vinho”. Fernando Machado Soares integrou o histórico grupo de fados e guitarras, do qual faziam parte, entre outros, Luiz Goes, José Afonso, Fernando Rolim e Florêncio de Carvalho, e ainda os guitarras António Brojo e António Portugal e os violas Aurélio Reis e Mário de Castro.

Nascido em São Roque do Pico, nos Açores, em setembro de 1930, Machado Soares ainda novo revelou os seus dotes vocais, apaixonando-se pela ópera. Mas em Coimbra, a cursar Direito, e a participar na causa associativa como membro do Conselho Cultural da Associação Académica de Coimbra, ligou-se ao fado assumindo um lugar destacado na história da música portuguesa.

Integrou também o Orfeão Académico de Coimbra e a Tuna Académica, juntou-se a Luiz Goes e José Afonso, afirmando-se como um dos cantores determinantes da Coimbra Quintet, disco gravado em 1957, de que também foram parte António Portugal e Jorge Godinho nas guitarras, Manuel Pepe e Levy Baptista nas violas.

Fernando Machado Soares, recebeu em 2006 o Prémio Tributo Amália Rodrigues “pela excelência da carreira artística e dedicação aos outros”.

O Portal do Fado refere de que “Machado Soares deu um contributo importante na criação das condições da transição do fado clássico para as baladas e para as



trovas, que as vozes de José Afonso e Adriano Correia de Oliveira vieram imortalizar.”.

O Dr. Fernando Machado Soares desempenhou funções como magistrado em Guimarães, Santarém e Almada, terminando a sua carreira como Juiz Conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça.

No passado domingo, dia 7 de dezembro de 2014, o cantor que imortalizou a “Balada da Despedida” - a melodia do adeus à cidade de Coimbra dos estudantes - o Dr. Fernando Machado Soares, também ele se despediu.

É sua a Balada de Outono: “Águas das fontes calai que eu não volto o cantar...”.

Nestes termos a Assembleia Municipal de Almada reunida em plenário no dia 17 de dezembro de 2014, manifesta o seu pesar pelo falecimento do Dr. Fernando Machado Soares, homenageia o cantor, poeta, compositor e o cidadão solidário, curva-se em sua memória e apresenta sentidas condolências à família enlutada.”

7.1.2.2 - Voto de Pesar pelo falecimento do Almirante Vítor Crespo - Militar de Abril

O Almirante Vítor Manuel Trigueiros Crespo, nasceu a 21 de março de 1932 e faleceu hoje, dia 17 de dezembro de 2014, tinha 82 anos.

Foi um dos artífices do 25 de Abril de 1974 e integrou depois o Conselho da Revolução e Governos Provisórios.

Vítor Crespo foi um distinto militar de Abril, um dos principais dirigentes da Marinha no Movimento das Forças Armadas, integrando o coletivo do Posto de Comando da Revolução na Pontinha, nas operações militares do 25 de Abril.

Vítor Crespo foi um militar distinto, foi mobilizado para várias comissões de serviço, quer em navios, quer em instalações fixas de marinha, sobretudo nas ex-colónias da Guiné, Angola e Moçambique.

Foi desde a sua origem parte ativa do movimento dos militares que preparavam e comandavam o golpe militar. Na noite da revolução o então capitão-tenente Vítor Crespo esteve no quartel da Pontinha, ocupando o lugar reservado à marinha no Posto de Comando do MFA onde coordenou operações.

O Almirante Vítor Crespo foi também Alto Comissário e Comandante-Chefe em Moçambique, com a missão de conduzir o processo de independência, daquela ex-colónia, o que se veio a concretizar em 25 de junho de 1975.

Em 11 de março de 1975 passou a integrar o Conselho da Revolução, cargo que ocupou até à extinção daquele órgão de soberania.

Foi também Ministro da Cooperação no VI Governo Provisório.



Com a extinção do Conselho da Revolução regressou à Armada, onde exerceu a função de Diretor do Serviço de Justiça e mais tarde de Diretor da Biblioteca da Marinha.

Foi dirigente e fundador da Associação 25 de Abril.

Ao longo da sua carreira, Vítor Crespo, foi agraciado com várias condecorações, tanto nacionais como estrangeiras. Entres outras, foi agraciado em 1970 como Cavaleiro da Ordem Militar de Avis, e depois da Revolução de Abril recebeu a Grã-Cruz da Ordem da Liberdade, em 1983, e a Grã-Cruz da Ordem do Infante D. Henrique, em 2005.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Plenária, no dia 17 de dezembro de 2014, delibera:

- 1 - Manifestar reconhecimento e gratidão pelo contributo do Almirante Vítor Crespo na conquista da liberdade.
- 2 - Proclamar o pesar pelo falecimento de Vítor Crespo, cidadão referência e militar de Abril.
- 3 - Apresentar condolências à família enlutada e à Associação 25 de Abril.”

7.1.3 - O Sr. Deputado Municipal Pedro Matias (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Voto de Pesar pelo falecimento de Domingos Brazuna

Domingos Brazuna faleceu hoje.

Figura importante do movimento associativo almadense, dedicado dirigente e Vice-Presidente do Almada Atlético Clube.

Evocamos a sua memória, pelo carinho como recebia os jovens atletas do Almada.

A forma como estimulava foi fonte de inspiração para várias gerações de atletas almadenses.

A Assembleia Municipal de Almada manifesta o seu pesar pelo falecimento do munícipe e associativista Domingos Brazuna e apresenta à Família enlutada e ao AAC os sentidos pêsames.”

7.2 - Verificado o quórum e não havendo mais pedidos de palavra passou-se à votação dos documentos.

7.2.1 - O Voto de Pesar pelo falecimento de Francisco Nogueira Bernardes-Silva, apresentado pelo Sr. Deputado Municipal Pedro Oliveira, foi aprovado por unanimidade.

7.2.2 - O Voto de Pesar pelo falecimento do Dr. Machado Soares, apresentado pela Mesa da Assembleia, foi aprovado por unanimidade.



7.2.3 - O Voto de Pesar pelo falecimento do Almirante Vítor Crespo - Militar de Abril, apresentado pela Mesa da Assembleia, foi aprovado por unanimidade.

7.2.4 - O Voto de Pesar pelo falecimento de Domingos Brazuna, apresentado pelo Sr. Deputado Municipal Pedro Matias, foi aprovado por unanimidade.

7.2.5 - Seguiu-se um momento de silêncio de homenagem e em memória dos Cidadãos falecidos.

7.3 - Para tratar de assuntos de interesse do Concelho, apresentarem documentos para votação ou debaterem documentos apresentados, usaram da palavra os seguintes Senhores Deputados Municipais Luís Palma - Presidente da União das Freguesias de Laranjeiro e Feijó (apresentando Moção/Saudação ao Cante Alentejano, Património Cultural e Imaterial da Humanidade), Sérgio Bastos (apresentando Moção/Deliberação Em defesa dos postos de trabalho na Segurança Social), Margarida Carvalho - Presidente da União das Freguesias da Charneca de Caparica e Sobreda (apresentando Moção/Deliberação sobre Degradação do transporte rodoviário - TST), Teresa Coelho - Presidente da União das Freguesias de Caparica e Trafaria (apresentando Moção/Saudação à Construção de espaço cultural - Biblioteca da Trafaria), Ana Luísa Carvalho (apresentando Moção/Deliberação sobre o novo regime de arrendamento apoiado para habitação social e Moção/Deliberação Em defesa do Serviço Nacional de Saúde), João Geraldês (apresentando Moção/Saudação à 18ª Mostra de Teatro de Almada e Moção/Saudação À Companhia de Dança de Almada), Pedro Oliveira (apresentando Moção/Deliberação Direitos das Crianças sim! Austeridade não!), Carlos Guedes (apresentando Moção/Deliberação Pelo fim da violência contra as mulheres e Moção/Deliberação OE para 2015 prejudica resposta municipal aos problemas das freguesias), João Geraldês (apresentando Moção/Deliberação Pelo desenvolvimento da Trafaria), Ricardo Louça - Presidente da União das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas (apresentando Moção/Deliberação Por um Arsenal do Alfeite ao serviço do País), Alexandra Correia (Moção/Recomendação de Proibição de espetáculos circenses com animais e Moção/Recomendação Colocação de guardas de proteção nas pontes), Eva Gomes (apresentando Moção/Saudação de reconhecimento da ação municipal), Luísa Ramos (apresentando Moção/Deliberação sobre o Orçamento de Estado para 2015), Nuno Pinheiro (apresentando Moção/Recomendação - Centenário do nascimento de António Paixão), Ana Ribas (apresentando Moção/Deliberação Revitalizar o coração de Almada e das Freguesias), Paulo Sabino (apresentando Moção/Deliberação Hortas Urbanas -



Um reforço na aposta!), Vanda Lima Silva (apresentando Moção/Deliberação - O aumento do horário de trabalho para as 40h é contraproducente, prejudica as famílias e não contribui para a melhoria dos serviços públicos), António Pedro Maco (apresentando Moção de Reconhecimento sobre A importância das Terras da Costa e da Arriba Fóssil e Moção/Deliberação ao Cante Alentejano).

7.3.1 - O Sr. Deputado Municipal Luís Palma, Presidente da União das Freguesias do Laranjeiro e Feijó:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Saudação ao Cante Alentejano, Património Cultural e Imaterial da Humanidade
A distinção do Cante Alentejano como Património Cultural e Imaterial da Humanidade, constitui para o Alentejo e para os Alentejanos, mas igualmente para Portugal e para os Portugueses, um motivo de enorme alegria e satisfação, afirmando um importante marco histórico na vida deste elemento cultural singular e um impulso decisivo à sua cada vez mais ampla divulgação e usufruto em todo o Mundo.

No cante alentejano, quando as vozes se sobrepõem há uma intensidade de sentimentos, sabores, cheiros, adensa-se a terra, ecoa a natureza, ergue-se um hino à luta e ao trabalho. E é nesta música coral que fala da ceifa, da monda, do amor, da morte, dos anseios, dos sonhos que se consolida e afirma uma identidade cantada pela voz do seu povo.

O cante alentejano promovido a Património Cultural Imaterial da Humanidade da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura - UNESCO é um orgulho nacional, uma homenagem e reconhecimento do valor cultural, mas também do carácter e alma dessa expressão cantada do Povo Alentejano. É um hino ao trabalho, às vidas e vivências, à terra-mãe, ao de mais íntimo do Ser Alentejano.

O Município de Almada apoiou desde sempre esta candidatura, promovida pelo Município de Serpa, por considerar que o Cante Alentejano, de que o Concelho de Almada possui excelsos intérpretes, corolário de uma diáspora das gentes alentejanas que souberam na terra de acolhimento plantar raízes antigas de tradições, de oralidade, de sentir e de viver do Alentejo que os viu partir, constituindo uma manifestação identitária vincada, levando os órgãos municipais a associarem-se a desenvolver diversas atividades promotoras e de apoio à Cultura Alentejana. Reconhecemos, assim, no âmbito da salvaguarda do Património Cultural e Imaterial, o valor que constitui para a Humanidade em geral, e o merecimento para a cultura e o homem alentejano em particular, do Cante Alentejano como Património Cultural



Imaterial da Humanidade, junto da UNESCO, dignificando o nome de Portugal no Mundo.

A Assembleia Municipal de Almada, reunida em sessão ordinária a 17, 18 e 19 de dezembro de 2014, saúda:

- 1) A decisão da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), tomada no dia 27 de novembro pelas 10:15 horas, através da qual reconhece como Património Cultural Imaterial da Humanidade uma das mais genuínas e singulares formas de expressão musical coral portuguesa e universal;
- 2) Todo o Povo Alentejano;
- 3) O Grupo Coral Etnográfico Amigos do Alentejo do Feijó, o Grupo Coral Recordar a Mocidade do CIRL e as Cantadeiras de Alma Alentejana, que se dedicam à promoção e divulgação do Alentejo e desta componente estruturante e essencial do património cultural da sua Região e de Portugal;
- 4) Todos os alentejanos residentes no Concelho de Almada;
- 5) A Associação A Moda, a Casa do Cante, a Casa do Alentejo, à Alma Alentejana e aos Municípios do Alentejo, e particularmente o de Serpa, grande impulsionador institucional da candidatura do Cante Alentejano ao reconhecimento agora outorgado pela UNESCO.”

7.3.2 - O Sr. Deputado Municipal Sérgio Bastos (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Deliberação Em defesa dos postos de trabalho na Segurança Social

A Segurança Social é um dos mais importantes legados da História da nossa democracia e do Estado Social, consolidado nos últimos 40 anos, que tem permitido o alargamento da proteção social a cada vez mais cidadãos, quer através do regime contributivo, quer do regime não contributivo e da ação social.

Deste legado de valor inestimável para a sociedade portuguesa fazem parte as suas trabalhadoras e trabalhadores, que todos os dias se empenham para que a Segurança Social responda adequadamente às necessidades dos seus beneficiários.

Tendo em conta que os serviços do Instituto de Segurança Social, muitas vezes, apresentam grandes dificuldades em responder às necessidades das populações e que, desde 2010, este mesmo Instituto já sofreu uma diminuição do seu quadro de funcionários em 20%, que corresponde a mais de 2.500 funcionários, e tendo em conta que:



1. O Governo está a diligenciar para a colocação na inatividade cerca de 700 trabalhadores da Segurança Social, dos quais perto de uma centena são dos Serviços Distritais de Setúbal;
2. Não se conhecem as razões de substância que suportam tal medida;
3. É do conhecimento geral da população as dificuldades dos Serviços da Segurança Social em dar resposta, por falta de recursos humanos;
4. As autarquias são cada vez mais confrontadas com a procura de respostas, quer no âmbito de combate à pobreza, quer nas respostas de apoio às famílias, para as quais têm que disponibilizar recursos muitas vezes escassos, ou mesmo inexistentes, que deveriam ser do âmbito da Segurança Social;
5. A coligação de direita insiste numa política agressiva contra as famílias, penalizadas com o desemprego e com as medidas de empobrecimento, o que também se reflete intensamente na nossa comunidade.

A Assembleia Municipal de Almada delibera:

- Manifestar publicamente solidariedade para com os trabalhadores da Segurança Social, em particular os atingidos por esta medida geradora de uma profunda instabilidade na vida destes funcionários, dedicados à causa pública, muitos já com uma longa carreira;
- Repudiar esta medida e manifestar o seu firme propósito de desencadear iniciativas com a finalidade de reverter esta situação que é socialmente injusta, funcionalmente injustificada e, por isso, prejudicial às necessidades das cidadãs, dos cidadãos e das famílias do nosso Concelho.
- Exigir junto do Governo o cancelamento imediato deste processo e a devolução da estabilidade necessária aos trabalhadores e trabalhadoras da Segurança Social, no exercício das funções que lhes são confiadas de serviço público, num dos setores mais importantes para a sociedade portuguesa.”

7.3.3 - A Sr.ª Deputada Municipal Margarida Carvalho, Presidente da União das Freguesias da Charneca de Caparica e Sobreda:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Deliberação Degradação do transporte rodoviário - TST

Acentua-se a degradação da prestação de serviço público de transporte rodoviário a cargo da operadora, TRANSPORTES SUL DO TEJO, SA.

À diminuição sistemática da oferta para as necessidades reais das populações das várias freguesias do concelho de Almada, passou a ser prática o não cumprimento de



horários, sobretudo nas chamadas horas de ponta da manhã.

Por outro lado, e apesar de conhecer as várias reclamações e propostas de correção de percursos e de horários mais adequados às necessidades dos utentes, designadamente nas freguesias da Charneca/ Sobreda, da falta de horários nas vitrines dos abrigos para utentes, na completa falta de carreiras a partir do início da noite para determinadas localidades, a TST insiste numa prática de gestão lesiva do serviço público a que está obrigada pela concessão atribuída pelo governo.

Acresce a péssima qualidade de vários autocarros sem condições de conforto e segurança adequadas.

A Assembleia Municipal de Almada tem, repetidamente, com base no conhecimento dos problemas sentidos pelos utentes, aprovado moções/ deliberações, a exigir da operadora TST e, também, da Autoridade Metropolitana de Transportes e do Governo as urgentes e inadiáveis correções. Aliás, foram estas razões que determinaram a adesão do Município da Almada e Juntas de Freguesias à Carta Aberta ao Governo em defesa do serviço público de transportes na Península de Setúbal.

Assim a Assembleia Municipal de Almada reunida no dia 17 de dezembro de 2014 delibera:

- a) Considerar absolutamente necessário a reposição por parte da empresa TST dos horários, bem como do seu cumprimento, nos percursos mais afetados pelas sucessivas “reorganizações” da rede.
- b) Reclamar do governo que exija da TST o cumprimento das suas obrigações de prestadora de serviço público, nomeadamente a reposição das carreiras e dos horários e seu cumprimento.”

7.3.4 - A Sr.^a Deputada Municipal Teresa Coelho, Presidente da União das Freguesias de Caparica e Trafaria:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Saudação Construção de espaço cultural - Biblioteca da Trafaria

O objetivo maior da gestão pública é transformar para melhor a vida dos cidadãos. Isto pode ser feito de forma mais visível, ao melhorar ruas, o sistema de saúde, os transportes, entre tantas outras formas. Existe uma forma menos visível, por vezes tida como simbólica, mas igualmente capaz de mudar vidas para melhor... a cultura. O acesso à cultura é elemento fulcral do desenvolvimento social e económico das comunidades.



Uma população com acesso à cultura torna-se mais ciente de seus direitos e percebe que pode ser mais ativa nas mudanças da sua comunidade. Uma população mais consciente tem condições de escrever a sua própria história.

Convicta que a cultura é uma ferramenta de intervenção social, de transformação, a Junta das Freguesias de Caparica e Trafaria assente no princípio e na importância da cultura na revitalização urbana e em parceria frutuosa com a Associação Ensaios e Diálogos (EDA) desenvolvendo um projeto inovador, a Biblioteca da Trafaria - Espaço Cultural da Junta da União de Freguesias de Caparica e Trafaria.

A construção e instalação da Biblioteca da Trafaria foi operacionalizada de forma diferente, o princípio seguido foi o de “Com Todos e Para Todos”, com uma grande dinâmica de voluntariado, de troca e partilha, de generalizada participação da população local (adultos, jovens e crianças, e o apoio de profissionais e estudantes nacionais e estrangeiros). O projeto foi-se implementando e concretizando de forma faseada, com reuniões de trabalho, encontros de construção, costura, ilustração e design. Em todo o Espaço Cultural cada elemento, peça, espaço, decoração, teve a participação das pessoas da comunidade - cadeiras, mesas, estantes, balcões, bancos, etc., etc..

Apoiaram também o esforço comunitário o Movimento Associativo, a Câmara Municipal, os Amigos de cá e de lá, o coletivo da Junta das Freguesias e seus trabalhadores e assim “Com Todos e Para Todos” se construiu a Biblioteca.

A denominada Biblioteca da Trafaria, verdadeiro espaço de cultura, foi inaugurada no passado dia 7 de outubro sendo composto por Biblioteca, Bebeteca, Mediateca, Sala Multiusos e integrando espaço para leitura de periódicos e exibição de filmes, o Espaço do Associativismo e ainda uma extensão no Mercado Municipal dedicada à leitura de livros de culinária, gastronomia e agricultura familiar, afirmando-se também como espaço de encontro e convívio.

A construção contudo, é apenas a face mais visível. Impõe-se agora fazer da Biblioteca da Trafaria um polo catalisador de ações e projetos que contribuam para o desenvolvimento e o bem estar comum. Para tanto, o trabalho e a ação novamente em conjunto, parceiros e utilizadores de sempre ou de hoje, das associações centenárias aos leitores ocasionais, das escolas aos turistas curiosos, todos fazendo a Biblioteca da Trafaria.



O empenhamento da comunidade local para o sucesso deste projeto é a demonstração inequívoca das potencialidades criadoras resultantes da ligação dos eleitos no Poder Local Democrático ao Cidadãos.

Assim a Assembleia Municipal de Almada reunida no dia 17 de dezembro delibera:

1 - Saudar calorosamente a população da Freguesia da Trafaria e reconhecer o contributo de todos para a construção e consolidação do Espaço Cultural/Biblioteca da Trafaria.

2 - Manifestar reconhecimento e gratidão a todos os eleitos da Junta e Assembleia da União das Freguesias da Caparica e Trafaria e aos seus trabalhadores, assim como à Associação Ensaio e Diálogos.

3 - Regozijar-se pela construção e funcionamento do complexo cultural - Biblioteca da Trafaria, importante meio de cultura, de encontro, de convívio e polo que se deseja também de revitalização urbana, desenvolvimento e coesão comunitária.”

7.3.5 - A Sr.^a Deputada Municipal Ana Luísa Carvalho (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

7.3.5.1 - Moção/Deliberação O novo regime de arrendamento apoiado para habitação social

A aprovação da Proposta de Lei 252/XII, da responsabilidade do Governo, e votada pela maioria do PSD/CDS, constitui um fator adicional de agravamento e instabilidade social, avolumando as carências e dificuldades de muitos milhares de portugueses de menores recursos.

O novo regime jurídico da “renda apoiada”, ao manter para o cálculo da renda o rendimento bruto e não o rendimento líquido dos agregados familiares, conduz a aumentos muito significativos dos valores das rendas, com todo o impacto negativo para a subsistência das famílias.

Fixa em 25% do rendimento bruto a renda máxima, independentemente do valor da renda técnica, esta relacionada com as condições de habitabilidade dos fogos. Os Bairros Sociais, especialmente os da responsabilidade do IHRU, foram ao longo de décadas deixados ao abandono e muitas vezes foram os moradores que, com todos os sacrifícios, por razões até de insalubridade, investiram na recuperação das habitações.

É, por isso, inadmissível que quem arcou com as despesas para a melhoria das condições de habitabilidade da casa onde vive, para além de não ser ressarcido das despesas, ainda sofra aumentos de renda.



Este diploma introduz também mecanismos que podem facilitar os despejos e criar impedimentos de acesso ao parque habitacional público. Prevê a revogação do contrato sempre que o inquilino esteja três anos a pagar uma renda igual ou superior ao valor da renda condicionada e correspondendo a uma taxa de esforço igual ou superior a 15% - ou seja, ao fim de três anos acima desse montante as pessoas perdem o direito a habitar nessas casas e têm de as deixar.

Acresce que, ao tornar obrigatória a aplicação a todo o parque habitacional público, independentemente de quem seja o seu proprietário, este diploma representa uma clara violação da autonomia do Poder Local, ao impedir os municípios de regulamentar sobre as habitações da sua responsabilidade.

A Assembleia Municipal de Almada não pode ficar indiferente aos legítimos receios de todos os que são abrangidos por mais este atentado à dignidade humana.

No nosso concelho, os moradores dos Bairros Sociais - Bairro Rosa e recentemente do Bairro Amarelo - da responsabilidade do Governo/IHRU, sofrem na pele a total insensibilidade social de quem deveria governar de acordo com os princípios de solidariedade social.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em sessão ordinária no dia 17 de dezembro de 2014 delibera:

1. Manifestar o seu repúdio pelo novo regime do arrendamento para habitação social aprovado na Assembleia da República pela maioria PSD/CDS;
2. Apelar ao Presidente da República no sentido da não promulgação deste diploma e reclamar da Assembleia da República e do Governo a sua imediata revogação.
3. Solidarizar-se com as ações de protesto e luta levadas a cabo pelos moradores do Bairro Amarelo.”

7.3.5.2 - Moção/deliberação Em defesa do Serviço Nacional de Saúde

Por iniciativa do Movimento de Utentes dos Serviços Públicos (MUSP), núcleo da Península de Setúbal, realizou-se, dia 18 de Novembro de 2014, na sede da União de Sindicatos de Setúbal/CGTP a reunião para a constituição da Plataforma Península de Setúbal em Defesa do Serviço Nacional de Saúde. Estiveram presentes 44 participantes, em representação de Comissões de Utentes de Saúde, Sindicatos, Câmaras Municipais, Juntas e Uniões de Freguesia, Associação de Mulheres com Patologia Mamária e MDM. As várias intervenções ilustraram as crescentes dificuldades no acesso dos utentes aos cuidados de saúde, a enorme carência e os ataques aos direitos fundamentais de profissionais de saúde, pelo que todos



deveremos prosseguir a luta em defesa do Serviço Nacional de Saúde. No concelho de Almada são muitos os utentes sem médico de família, os horários de funcionamento dos Centros de Saúde e Unidades de Saúde Familiar são desadequados, o Centro de Saúde da Trafaria continua fechado à espera de obras, agrava-se a sobrelotação dos serviços do Hospital Garcia de Orta. A tudo isto acresce os sucessivos aumentos das taxas moderadoras que impossibilitam o acesso aos cuidados de saúde a cada vez mais pessoas. Assim, a Assembleia Municipal de Almada reunida em Sessão Ordinária no dia 17 de dezembro de 2014 delibera: a) Reiterar o seu apoio ao Serviço Nacional de Saúde como garantia do acesso aos Cuidados de Saúde, conforme consignado na Constituição da República Portuguesa. b) Aderir à Plataforma da Península de Setúbal em Defesa do Serviço Nacional de Saúde.”

7.3.6 - O Sr. Deputado Municipal João Geraldês (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

7.3.6.1 - Moção/Saudação 18ª Mostra de Teatro de Almada

Decorreu entre 7 e 23 de Novembro mais uma edição da Mostra de Teatro de Almada, uma organização em parceria entre a Câmara Municipal de Almada e os grupos de teatro com sede no Concelho, na sua grande maioria grupos de teatro de amadores, que ocorre todos os anos, e ininterruptamente, há 18 anos. A Mostra de Teatro de Almada atingiu em 2014 a sua maioridade, propondo aos Almadenses um rico programa que pôs em cena criações originais (oito estreias) e reportório já conhecido do público, encenando trabalhos sobre textos de autores portugueses e estrangeiros como Maria Rosa Colaço, autora portuguesa e de Almada, Raúl Brandão, Sarah Adamopoulos, Nelson Rodrigues, Jonathan Swift, Georg Büchner ou William Shakespeare. Foram 18 dias ao longo dos quais 17 grupos de teatro profissionais e de amadores do Concelho apresentaram as suas mais recentes criações em 19 produções distintas, dirigidas a públicos de todas as idades, dando uma vez mais expressão a uma grande diversidade de abordagens estéticas e múltiplas linguagens, pondo em evidência distintos objetivos e métodos de trabalho que decorrem da diversidade dos grupos e dos seus criadores, e envolvendo muitas centenas de espetadores em diferentes palcos municipais e do movimento associativo do Concelho: Cineteatro da Academia Almadense, Sociedade Filarmónica Incrível Almadense, Teatro Extremo, Recreios Desportivos da Trafaria, Auditório Pluricoop e em equipamentos municipais como a Casa da Cerca, Biblioteca Municipal Maria Lamas e Teatro



Municipal Joaquim Benite. Desde 1996, a Mostra de Teatro de Almada vem-se assumindo como uma das mais importantes iniciativas culturais desenvolvidas no Concelho, que dão uma expressão viva e concreta ao significativo investimento cultural assumido e prosseguido no concelho de Almada por intervenção direta do Poder Local Democrático - a nível municipal e das freguesias -, apoiando e estimulando a atividade ao nível do teatro, mas igualmente de outras formas de expressão artística em todos os domínios da criatividade humana, numa política e numa estratégia coerentes de promoção cultural. A Mostra de Teatro de Almada traduz igualmente a fortíssima tradição associativa do nosso Concelho, que justifica e determina - e sobre a qual repousa -, o empenho, a formação e qualidade dos agentes culturais, a permanente e consolidada criação e fidelização de públicos diferenciados e exigentes, a que se associa a disponibilização de espaços culturais capazes de acolher a crescente atividade que permanentemente se desenvolve em Almada. Nesta 18ª Edição da Mostra de Teatro de Almada participam 17 grupos de teatro. Aqui se referem, e distinguem, todos eles. Porque é devido um registo público do seu empenho e da sua dedicação ao trabalho de divulgação, promoção e usufruto generalizado de bens culturais, essenciais à formação integral dos cidadãos e ao seu bem-estar.

Assim, participaram nesta iniciativa o Alpha Teatro, Artes e Engenhos, Cénico da Incrível Almadense, Crème de la Crème, GITT - Grupo de Iniciação Teatral da Trafaria, Grupo de Teatro da Associação Cultural Manuel da Fonseca, Grupo de Teatro Musical da Academia Almadense, Marina Nabais Dança, Associação Cultural, Ninho de Víboras, NNT - Novo Núcleo de Teatro, O Grito, Produções Acidentais, Teatro ABC.PI, Teatro e Teatro - O Mundo do Espetáculo, Teatro de Areia - O Mundo do Espetáculo, Teatro Extremo, e Teatro na Gandaia.

A Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária nos dias 17, 18 e 19 de dezembro de 2014, delibera:

1. Expressar um voto de viva saudação à realização da 18ª Edição da Mostra de Teatro de Almada, manifestando público reconhecimento e agradecimento aos 17 grupos de teatro participantes, aos seus atores, técnicos e outros trabalhadores, bem como aos seus dirigentes, pelo trabalho cultural que vêm desenvolvendo e colocando ao serviço e usufruto dos Almadenses.
2. Reconhecer e saudar a Câmara Municipal de Almada pela perseverança e determinação no apoio e no investimento na promoção, valorização e usufruto de



bens culturais que assume e prossegue há quase quatro décadas enquanto elemento central e estruturante da sua intervenção no tecido social e no território do nosso Concelho, da qual esta Mostra de Teatro de Almada constituiu um dos exemplos mais eloquentes.”

7.3.6.2 - Moção/Saudação À Companhia de Dança de Almada

A Companhia de Dança de Almada regressou recentemente de uma nova digressão ao estrangeiro - desta feita a Xangai, República Popular da China -, onde uma vez mais, fazendo fé em todas as notícias que do extremo oriente nos chegaram, representou com a mais alta dignidade, elevação e distinção o nosso Concelho de Almada, as suas gentes e o seu trabalho. A Companhia de Dança de Almada é uma companhia profissional de Dança Contemporânea residente em Almada, à qual se associa uma Escola de Formação de Dança. Dirigida pela Professora Maria Franco desde a sua fundação em 1990, a Companhia de Dança de Almada, a par da sua atividade profissional principal de criação e produção de espetáculos de Dança Contemporânea, desenvolve outros projetos em diferentes vertentes, destacando-se o apoio a projetos de outras entidades e grupos no domínio da dança contemporânea, a formação profissional, a programação cultural em geral, e o intercâmbio nacional e internacional. No âmbito da sua atividade, a Companhia de Dança de Almada coloca ainda à disposição dos Almadenses um conjunto de atividades dirigidas à comunidade em geral, destacando-se a formação de crianças, jovens e adultos, e a organização de ações de formação e sensibilização de públicos, como são exemplos os cursos livres destinados ao ensino da dança como complemento da sua formação artística ou atividade física e lúdica ou o curso vocacional destinado a alunos que optem por uma formação intensiva. Nos princípios enunciados pela própria Companhia de Dança de Almada publicamente divulgados, podemos ler que, cita-se, *“Enquanto associação cultural, a Companhia de Dança de Almada preserva a responsabilidade de participar no desenvolvimento comunitário do concelho onde reside. Nesse sentido, intervém diretamente com os seus diversos grupos sociais, promovendo ações que visem a inclusão sociocultural, a reabilitação e o bem-estar físico das pessoas. Acredita contribuir desta forma para a manutenção de uma comunidade cada vez mais sustentada, em que a cultura e a saúde física e mental são bens e direitos fundamentais na vida do ser humano”*, fim de citação. A Companhia de Dança de Almada persiste em manter a sua vocação original e a sua linha de rumo fundadora, insistindo na intervenção cultural e social não obstante os poderosos obstáculos que



se vêm colocando, em particular nos últimos três anos, à atividade cultural em geral, e à dança em particular. A Companhia de Dança de Almada constitui por isso, ao lado de outros, um exemplo da capacidade de determinação e resistência a um modelo e a um entendimento sobre as questões da cultura, do saber e do conhecimento no nível nacional que manifestamente não são e não estão condizentes com as reais necessidades, aspirações e ambições das populações e dos cidadãos em matéria do bem-estar e usufruto culturais.

Esta mesma realidade é reconhecida pela crítica especializada, que em outubro de 2013 expressava, sobre a Companhia de Dança de Almada, a opinião: *“uma palavra sobre as iniciativas da Companhia de Dança de Almada. No deprimente deserto em que o assassinato dos Encontros Acarte, seguido do assassinato do Ballet Gulbenkian, nos deixou [...], quero realçar que as temporadas promovidas pela Companhia de Dança de Almada constituem, atualmente, o principal espaço, neste país cada vez mais stupidificado e decadente, de visualização, usufruto e “discussão” da dança contemporânea. A companhia, ao nível do seu próprio desempenho, demonstrou um surpreendente nível técnico e interpretativo. Por isso aqui fica a minha palavra de reconhecimento pelo que fazem e de incentivo de que não parem (e não deixem que @s parem)”*. São palavras de Álvaro Teixeira, escritas e publicadas a 13 outubro 2013. Com o apoio da Câmara Municipal de Almada, a Companhia de Dança de Almada organizou e levou a bom porto a 22^a Edição da Quinzena da Dança e Plataforma Coreográfica Internacional em 2014, uma iniciativa que promove a dança e a sua divulgação junto dos Almadenses há mais de duas décadas de forma ininterrupta. Também em 2014, e uma vez mais com o apoio do Poder Local Democrático e do Movimento Associativo Popular, a Companhia de Dança de Almada passou a dispor de instalações de grande qualidade e adequadas aos seus objetivos, passando a disponibilizar os serviços que presta no renovado Cineteatro da Academia Almadense, em pleno coração do centro histórico da Cidade de Almada, numa parceria feliz com uma das mais antigas e respeitadas coletividades do Concelho de Almada e do nosso País, a Academia de Instrução e Recreio Familiar Almadense, potenciada e proporcionada pela política de promoção cultural prosseguida desde há décadas pelos órgãos do Poder Local Democrático no nosso Concelho. Nos seus 24 anos de existência, a Companhia de Dança de Almada participou em inúmeras digressões e festivais, tanto em Portugal como no estrangeiro. Já aqui referimos a recente deslocação à China, mas importa registar igualmente as digressões



internacionais ao Brasil (2013), Cabo Verde (2002), China (2014), Croácia (2007 e 2011), Espanha - Barcelona (1998, 1999 e 2000 e 2004), Ciudad Rodrigo (2001 e 2002), Castilla y Leon (2001, 2002, 2005, 2008 e 2012), e Tàrrega (2006) -, França (2010), Grécia - Volos (2005) e Atenas 2006) -, Itália - Génova (2004) e Turim (2011) -, Polónia - Bytom (2004, 2005 e 2007), Poznan (2009), Gdansk (2009) e Tarnów (2012) -, Portugal (diversos anos), República Checa (2011 e 2012), e Suíça (2003), bem como os numerosos festivais e encontros de Dança, destacando-se necessariamente a 26ª edição da Fira de Teatre Al Carrer (Tàrrega, Espanha), onde a Companhia foi distinguida com o 1º prémio de melhor estreia em sala. Desde 1990, a equipa da Companhia de Dança de Almada orientada pela Professora Maria Franco produziu e apresentou ao público oitenta e cinco criações próprias, numa extraordinária capacidade criativa e atividade que os números, melhor que as palavras, expressam de forma eloquente.

A Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária nos dias 17, 18 e 19 de dezembro de 2014, delibera:

Expressar à Companhia de Dança de Almada, à sua Diretora de sempre, Professora Maria Franco, e a toda a vasta equipa que a acompanha e dá corpo a este distinto projeto de intervenção cultural e social do nosso Concelho e do nosso País, o mais sincero voto de felicitações pelo trabalho desenvolvido ao longo dos 24 anos de existência da Companhia ao serviço da promoção cultural, do saber, do conhecimento e da coesão social fundada num princípio fundamental e fundacional, bem formulado nos próprios princípios e propósitos da Companhia de Dança de Almada, segundo o qual *“a cultura e a saúde física e mental são bens e direitos fundamentais na vida do ser humano”*.

7.3.7 - O Sr. Deputado Municipal Pedro Oliveira (BE):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Deliberação Direitos das crianças sim! Austeridade não!

Celebraram-se, na última semana de Novembro, os 25 anos da Convenção dos Direitos das Crianças das Nações Unidas. Foi o tratado de Direitos Humanos mais amplo e mais rapidamente ratificado de sempre e apenas dois países não o assinaram, os Estados Unidos e a Somália.

O relatório dos Direitos da Criança em Portugal revela claramente que “a austeridade conduz a uma negação ou violação dos direitos das crianças”.



A Convenção dos Direitos das Crianças é constituída por 54 artigos que preveem a não discriminação, os direitos de sobrevivência e desenvolvimento, de nome e nacionalidade, de proteção, de reunificação da família, não podem ser deslocada ou retidas ilicitamente, o direito a opinar sobre os assuntos que lhes dizem respeito, à liberdade de expressão, de pensamento, consciência e religião, de associação, ao acesso à informação, à adoção, à proteção da vida privada, à proteção contra maus tratos e negligência, à proteção especial caso sejam refugiados ou deficientes, a cuidados e serviços médicos, à segurança social, a ter um nível de vida adequado, à educação, ao lazer e a atividades culturais, a não trabalhar, devem ser protegidas contra a exploração sexual, a venda, o tráfico, o rapto e outras formas de exploração, tortura e privação de liberdade, e, finalmente, devem ser protegidas de conflitos armados.”

Segundo a UNICEF, 13 milhões de crianças na União Europeia não têm acesso aos bens básicos para a sobrevivência e 30 milhões de crianças de 35 países “desenvolvidos” vivem na pobreza. Ainda segundo a UNICEF, 27 a 28% das crianças nos países “em vias de desenvolvimento” estão subnutridas, sobretudo no Sul da Ásia e na África subsaariana. 72 milhões de crianças em idade escolar não a frequentam. 57% das quais são raparigas.

De acordo com o Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas, o orçamento necessário para a escolarização de todas as crianças do mundo seria inferior a 1% do que é gasto anualmente em armamento. As Nações Unidas afirmam que há 43 milhões de refugiados no mundo, 41% dos quais são crianças.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) afirma que 168 milhões de crianças trabalham (sobretudo na agricultura, serviços e indústria), 85 milhões das quais em trabalhos perigosos. A UNICEF afirma que cada ano há 2 milhões de crianças que são exploradas no comércio sexual.

Em Portugal o cenário não é menos assustador. Nos últimos 3 anos mais de 550 mil crianças e jovens perderam o direito ao abono de família e segundo o Observatório das Políticas de Família, Portugal é um dos países da União Europeia que menos apoio dá às famílias. Estas estatísticas espelham a realidade, que por sua vez é um reflexo das escolhas políticas do Governo. Desde a intervenção da Troika em Portugal e da eleição do governo de Pedro Passos Coelho e Paulo Portas aumentou para 28,6% a taxa de crianças em risco de pobreza e 120 mil crianças dependem da ajuda alimentar para escapar à fome. Desde 2012 o Governo cortou o RSI a 85 mil



peçoas. A comida que as crianças comem na escola passou, em muitos casos, a ser as únicas refeições que têm.

Metade da população ativa está neste momento desempregada ou precária. 85% dos desempregados têm filhos e mais de 80% das pessoas desempregadas não têm acesso a qualquer subsídio. Os dados divulgados pelo Eurostat no início do presente mês, revelam que em Portugal a percentagem de pessoas em risco de pobreza ou exclusão social aumentou de 26% em 2008 para 27,4% em 2013 totalizando 2,88 milhões de pessoas, o que representa cerca de um quarto da população.

Os resultados da tragédia não são difíceis de calcular e o relatório da Convenção dos Direitos da Criança em Portugal revela claramente que “a austeridade conduz a uma negação ou violação dos direitos das crianças”.

A Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária no dia 17 de Dezembro de 2014, delibera:

- Associar-se às conclusões do relatório da Convenção dos Direitos da Criança em Portugal, reclamando uma política que salguarde a concretização dos seus direitos.”

7.3.8 - O Sr. Deputado Municipal Carlos Guedes (BE):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

7.3.8.1 - Moção/Deliberação Pelo fim da violência contra as mulheres

Desde 1999 que a ONU instituiu a data de 25 de Novembro como Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres. Data para mobilizar a sociedade em todo o mundo e data escolhida para homenagear as três irmãs Mirabal, ativistas na luta contra o ditador Trujillo da República Dominicana, mortas nesse dia no ano de 1960.

A nível internacional os números dizem que em 3 mulheres uma já foi ou será vítima de algum tipo de violência. São conhecidas experiências que mostram como as pessoas fingem desconhecer, tapam os olhos, evitam encarar e denunciar situações de violência que estão logo ali na casa ao lado, na rua por onde circulamos, dentro do elevador. Temos que “meter a colher”, ser definitivamente intolerantes para com a violência. Mesmo que não nos afete, intervir, denunciar, apoiar e lutar pela erradicação da violência são deveres da cidadania e de uma sociedade decente.

Em 2013 foram registadas 27 318 participações de violência doméstica por parte das forças de segurança, segundo o Relatório Anual de Segurança Interna (RASI), de que resultaram 40 homicídios conjugais (30 mulheres e 10 homens). Também segundo



dados do RASI referentes ao primeiro semestre de 2014, as polícias receberam 13 071 participações, ou seja, 73 queixas por dia, isto é, 3 queixas por hora.

Este ano foram assassinadas pelo menos 40 mulheres em Portugal. Os dados do relatório anual do Observatório das Mulheres Assassinadas (OMA) revelam um aumento destes crimes em relação ao ano anterior.

O relatório do organismo da União das Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR) refere ainda que outras 46 mulheres escaparam a tentativas de homicídio. Os crimes fizeram 122 órfãos.

Numa iniciativa simbólica em frente à Maternidade Alfredo Costa no dia 1 de Novembro, esta e outras organizações de defesa dos direitos das mulheres lembraram as 33 mulheres assassinadas ao longo deste ano e as 382 mortas nos últimos 10 anos. A maioria dos casos ocorreu na família em relações íntimas presentes ou passadas. Uma verdadeira guerra civil no lar, aquele sítio que, à partida, imaginamos como o mais seguro e aprazível para se viver! Neste momento este número já subiu para 38 mulheres mortas!

A frieza dos números tem de ter uma tradução nas consciências de que são pessoas que foram maltratadas e a algumas foi mesmo retirado o direito básico a viver. Sabemos que o aumento das participações corresponde a uma maior consciência dos direitos que levaram a que alguém deixasse de ter vergonha, que alguém decidisse intervir, que alguém deixasse o silêncio e pedisse ajuda. Sabemos que o facto de haver mais participações não significa que agora há mais violência do que antes. Não. Agora há mais consciência dos direitos, as campanhas e as organizações de direitos das mulheres têm feito um caminho, mas é impossível que esta constatação nos satisfaça. Uma que seja é uma vida que foi abusivamente retirada.

A violência contra as mulheres é um problema de poder, de justiça, de igualdade, de educação, de segurança e deriva de uma discriminação de género que está na base da sociedade patriarcal em que vivemos. Quando lemos as notícias, é recorrente surgir o ciúme, as atitudes possessivas, o controlo, a incapacidade de lidar com o sentimento de perda como “explicações” para os assassinatos de mulheres. Como o Observatório das Mulheres Assassinadas da UMAR refere no seu relatório do ano passado, há que desfazer alguns mitos e narrativas que tentam explicar e desculpabilizar este crime: o álcool ou a crise. Certamente que a crise é potenciadora de atitudes de frustração, depressão e revolta, mas não é determinante nem pode ser desculpa para a consumação de crimes.



Temos leis. Temos planos contra a violência de género. Mas não podemos tolerar o massacre que é a vida, as vidas de milhares e milhares de mulheres. A lei não basta; por isso, os membros da sociedade têm que intervir, denunciar e não fechar os olhos. A prevenção é fundamental, as campanhas, todos os meios que eduquem para o respeito, a não discriminação, a cidadania têm de ser constantes e eficazes. A justiça tem que ser rápida e tem que dar sinais claros de que protege as vítimas e pune os agressores.

A violência mata!

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária em 17 de Dezembro de 2014, delibera:

1. Recordar e homenagear todas as mulheres assassinadas.
2. Apelar aos cidadãos e às cidadãs para que se mobilizem contra estes crimes.”

7.3.8.2 - Moção/Deliberação OE para 2015 prejudica resposta municipal aos problemas das freguesias

A proposta do Orçamento do Estado para 2015, aprovada pelo PSD e o CDS, aprofunda a asfixia financeira do poder local. Centraliza recursos financeiros e restringe a autonomia das autarquias.

Combater o défice e a dívida tem sido o pretexto do governo para impor cortes. Em todo o país, a austeridade, um programa político do PPE e da coligação de direita PSD/CDS-PP, está a empobrecer os trabalhadores, a desmantelar o Estado Social, a transferir em cada ano mais de três mil milhões de euros dos rendimentos do trabalho para o capital. O governo reduz os salários, as pensões e outras prestações sociais, institui o saque fiscal. Mas as políticas do PSD e CDS/PP não diminuíram a dívida. Ao contrário, desde Junho de 2011, a dívida direta do Estado cresceu mais de mil milhões de euros por mês, 37 milhões de euros por dia e ultrapassou em Setembro último 220 mil milhões de euros, o maior valor de sempre...

Para além de agravar as restrições financeiras aos municípios, o Orçamento do Estado para 2015 não prevê sequer a redução para a taxa mínima (6%) do IVA aplicável à iluminação pública, como tem sido reivindicado pela ANMP. E embora os impostos que servem de referência às transferências financeiras tenham aumentado mais de 17%, foram subtraídos cerca de 188 milhões de euros no valor do FEF a mais de 50 municípios, segundo a ANMP.

A Área Metropolitana de Lisboa é também fortemente penalizada (em mais de 210 mil euros) neste Orçamento do Estado para 2015. A prevista transferência financeira de



522.591 euros está muito aquém do estipulado no artigo 69º/1 da Lei das Finanças Locais.

Pelo exposto, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em 17 de Novembro de 2014, delibera:

- Manifestar a sua profunda discordância quanto ao Orçamento do Estado para 2015.”

7.3.9 - O Sr. Deputado Municipal João Gerales (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Deliberação Pelo desenvolvimento da Trafaria

A Assembleia Municipal de Almada tem expressado, através de sucessivas deliberações adotadas ao longo dos últimos anos, a sua profunda preocupação - e consequente rejeição - pelo facto da Freguesia da Trafaria e da sua população, se virem confrontando desde há longo tempo com uma situação de inaceitável condicionamento e bloqueio das opções de desenvolvimento, legítimas e legais, que os órgãos do Poder Local Democrático defendem, e em consonância decidiram, para aquela área do Concelho de Almada. Esta realidade resulta, no essencial, da incapacidade de decisão política das instâncias dependentes da Administração Central com jurisdição sobre o território, e do próprio Governo da República no seu conjunto, relativamente a um amplo leque de questões fundamentais diretamente relacionadas com a gestão e administração do território naquela parcela histórica do Concelho de Almada. Regressamos hoje a este tema. Um facto que, por si só, deverá fazer-nos a todos, representantes eleitos do Povo de Almada e também da Trafaria, refletir ainda mais profundamente sobre esta situação inaceitável, traduzida na manutenção de um ensurdecido silêncio do Governo relativamente às respostas objetivas adequadas aos problemas colocados à Freguesia da Trafaria e à sua

População que se exigem, e levar-nos a unir ainda mais também os nossos esforços numa intransigente defesa das legítimas decisões que os órgãos legítimos do Poder Local Democrático tomaram já neste domínio e sobre esta matéria. O atual Governo da República decidiu, num dos seus primeiros atos públicos após a investidura, suspender o processo de revisão do Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa (PROT-AML), iniciado pelo Governo que o antecedeu. Esta decisão foi, no início, interpretada pelos Órgãos Autárquicos do nosso Concelho como resultado de uma divergência profunda com as orientações definidas pelo trabalho de revisão do Plano até então desenvolvidas, em particular no que ao Concelho de Almada e à área da Trafaria dizia respeito. Legitimamente, todos



esperámos que a decisão do Governo recém-empossado viesse a determinar a introdução de correções a essas orientações consideradas incorretas e inaceitáveis pelos órgãos autárquicos, particularmente no que respeitava ao previsto aumento da capacidade portuária a introduzir na Trafaria. E todos esperámos encontrar-nos perante um processo que se pretendia integralmente respeitador da vontade das populações representadas pelos seus órgãos eleitos, e se desenvolvesse de forma célere. Da decisão sobre a conformação futura do PROT-AML dependia, e continua a depender, um vasto conjunto de outras decisões ao nível da conformação de diferentes Instrumentos de Gestão do Território (IGT), desde logo do instrumento orientador essencial do planeamento do território - o Plano Diretor Municipal, já nessa altura em processo de revisão - e de outros planos de nível inferior, como os cinco Planos de Pormenor igualmente em desenvolvimento para aquela área do Concelho no quadro do Estudo de Enquadramento Estratégico da Costa da Trafaria, desenvolvido e aprovado pelos competentes órgãos do nosso Município, incluindo naturalmente esta Assembleia Municipal. Nada disto aconteceu. Na verdade, após a decisão do Governo de suspender o processo de ratificação da revisão ao PROT-AML, tudo parou. Literalmente. Ou nem tanto ... De facto, passados mais de três anos sobre a decisão de suspensão, a realidade é que ainda nos confrontamos com a ausência de decisão sobre a revisão daquele Plano, mas, como diz o adágio popular, já “muita água passou por baixo das pontes”. O atual Governo viria a anunciar publicamente a sua intenção de instalação de um terminal de contentores na Trafaria, contrariando as mais legítimas expectativas e anseios das populações e dos órgãos democraticamente eleitos. O anúncio desta decisão concretizou-se ao arrepio de todas as deliberações em vigor sobre esta matéria, e foi por isso entendido como uma agressão aos mais legítimos interesses dos cidadãos e das populações. A partir do momento daquele anúncio público - e pomposo, fazendo reunir vários titulares do Governo para a “tarefa” de divulgação da decisão - gerou-se um amplo movimento popular de contestação e clara rejeição à decisão, no pressuposto de que a concretizar-se aquela intenção do Governo, sairia definitivamente prejudicada qualquer perspectiva de desenvolvimento sustentado da Trafaria. A movimentação popular apoiada pelos órgãos autárquicos deu frutos. De uma decisão inabalável, o Governo passou às dúvidas e às alternativas. A verdade, porém, é que não obstante diferentes declarações públicas de membros do Governo anunciando a decisão de desistir da construção deste terminal de contentores na Trafaria, não existe ainda hoje uma



decisão definitiva, clara e inabalável sobre a matéria. Esta realidade não nos permite abrandar a reivindicação no sentido do abandono definitivo desta “opção” do Governo, pelo respeito integral das opções de desenvolvimento afirmadas e reafirmadas para aquele território do nosso Concelho. Por isso, a Assembleia Municipal de Almada reafirma que a aposta para o desenvolvimento da Trafaria passa, em primeiro lugar, pelo incentivo e apoio concreto ao desenvolvimento de atividades económicas geradoras de postos de trabalho. A aposta no desenvolvimento sustentável e socialmente justo da Trafaria passa pelo investimento nas atividades ligadas à pesca, pelo apoio e incentivo à atividade das micro e pequenas empresas na pesca e noutros setores de atividade, pela valorização e defesa do património ambiental e natural, e pela promoção do turismo. São estas as grandes linhas de orientação definidas nos instrumentos de gestão do território para a Trafaria, designadamente no Estudo de Enquadramento Estratégico para o eixo Trafaria/Costa, amplamente consensualizado com as populações e com os diferentes agentes económicos e culturais, e legitimamente aprovado pelos órgãos autárquicos competentes. Esta mesma orientação foi claramente expressa na deliberação aprovada por esta Assembleia Municipal relativa ao documento apresentado pelo Governo sobre a “Estratégia Nacional para o Mar 2013/2020” (ENM 2013-2020). Dizia-se nessa deliberação que *“com a sua frente marinha e ribeirinha, tem claramente interesse no desenhar de uma estratégia que concilie o desenvolvimento de atividades económicas, tais como a pesca, os desportos radicais, as atividades de recreio, que contribuam para o desenvolvimento económico do Concelho, com a preservação do património natural e ambiental”*, numa tomada de posição que condizia com a decisão da Câmara Municipal de Almada de emitir *“parecer negativo relativamente à versão em discussão pública [da ENM 2013-2020], reiterando as posições municipais anteriormente assumidas de total rejeição da instalação de um terminal de contentores na Trafaria, de exigência em se considerar a criação de infraestruturas de apoio à Pesca (Fonte da Telha, Trafaria, Cacilhas) e ao Turismo [...]”*. No mesmo parecer, a Câmara Municipal de Almada considerava a ENM 2013-2020 “muito generalista e pouco ambiciosa” em relação ao desenvolvimento do sector das pescas, criticando designadamente a falta de perspetivas de investimentos em infraestruturas de apoio à pesca necessárias no Concelho de Almada (Fonte da Telha, Trafaria, Cacilhas), e considerando que por tal caminho seria, necessariamente, muito difícil inverter o declínio da frota pesqueira nacional e suportar um sector pesqueiro robusto e viável.



Ao nível da atividade piscatória a situação vivida pelos pescadores profissionais é extremamente precária, consequência quer da dureza e do risco intrínsecos à atividade profissional, quer de uma realidade de grande precariedade da própria atividade, que desagua em crescentes dificuldades ao nível da subsistência de pescadores e suas famílias. Em Almada esta realidade é muito visível e sensível. Desde 2003, e no quadro do irresponsável desmantelamento da Docapesca em Pedrouços, o sector produtivo das pescas, vimos assistindo a um profundo desprezo pelo sector produtivo da pesca de pequena escala e atividades correlacionadas, caracterizado por um total desconhecimento e desinteresse pelas condições de trabalho e atividade, naquilo que diz respeito especificamente a Almada e à Trafaria, afetando negativamente e cada vez mais as condições de vida e subsistência de perto de duzentos pescadores e famílias da Fonte da Telha, Costa da Caparica, Cova do Vapor e Trafaria. Por essa razão, os trabalhadores das pescas continuam a reclamar a resolução de questões estruturais e de fundo, bem como de problemas mais imediatos, destacando-se a necessidade de construção do novo porto de abrigo e de uma nova lota, a alteração dos mecanismos de apoio em caso de impossibilidade de ir ao mar, e o alargamento dos horários de permissão da pesca artesanal e do funcionamento da lota.

Também no que respeita à promoção do “Recreio, Desporto e Turismo”, os projetos previstos pela ENM 2013-2020 são manifestamente pobres e de pouco alcance. Nestes termos, considerando que a área da Trafaria integra uma área classificada como “Área Urbana a Estruturar e Ordenar” e “Área Turística a Estruturar e Qualificar”, no Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa ainda em vigor (PROT-AML de 2002), sem que as normas específicas daquele instrumento de gestão territorial contemplem qualquer expansão de atividades portuárias para a zona. Considerando também que foi elaborado pelo Município de Almada o Estudo de Enquadramento Estratégico da Costa da Trafaria com os seus 22 projetos âncora, encontrando-se em desenvolvimento no seu quadro cinco Planos de Pormenor, cuja conclusão e aprovação apenas aguarda a definição ao nível do processo de revisão do PROT-AML, que têm como base as diretrizes fixadas no PROT-AML de 2002, bem como as diretrizes incluídas no Plano de Ordenamento da Orla Costeira Sintra-Sado (POOC Sintra-Sado) e do Plano Diretor Municipal de Almada, em ambos os casos definindo o eixo Trafaria/Costa da Caparica como de “vocação predominantemente turística”. Reiterando que “os 22 projetos âncora do



município para o desenvolvimento qualificado da Trafaria, consensualizados com os cidadãos e as instituições e entidades locais, se identificam com a singularidade da Freguesia, fixam atividades, potenciam a excelência do lugar, reforçam o objetivo metropolitano da Grande Cidade das duas margens que o Tejo aproxima”, e que neste âmbito se devem destacar projetos tão significativos como a "Reabilitação do Núcleo Histórico", do "Porto de Recreio", do "Novo Porto de Pesca", da "Recuperação da Frente de Praias", da "Recuperação do Forte/Presídio" do "Parque Temático", da "Criação de Área de Paisagem Protegida", do "Pólo Científico e Tecnológico", do "Novo Terminal Rodofluvial", e a "Ampliação da Rede do MST Costa - Trafaria". Considerando igualmente que as Opções Estratégicas de Desenvolvimento, vertidas neste Estudo de Enquadramento Estratégico da Costa da Trafaria, foram acompanhadas, definidas e consensualizadas por uma Comissão Local de Acompanhamento em que participaram ativamente as Assembleias e Juntas de Freguesia da Trafaria, Costa da Caparica e Caparica, a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal, a Associação de Bombeiros Voluntários, o Clube de Futebol da Trafaria, a Sociedade Musical Trafariense, a Associação de Apoio ao Desenvolvimento da Trafaria, o Centro de Saúde, o Agrupamento de Escolas, o Centro Infantil da Trafaria, a AIPICA, a Paróquia, o Sindicato dos Pescadores, as Associações de Moradores da Cova do Vapor e 2º Torrão, o Grupo Desportivo dos Pescadores do 2º Torrão, a Lota da Trafaria, a Federação dos Sindicatos do Sector das Pescas, o Sporting Clube da Corvina, os Recreios Desportivos da Trafaria, e a Comissão de Utentes de Saúde. Considerando ainda as diferentes deliberações aprovadas pela Assembleia Municipal de Almada sobre questões diretamente e indiretamente relacionadas com o desenvolvimento da Trafaria, designadamente, as adotadas em 20 de Novembro de 2006, 17 de Setembro de 2009, 19 de Dezembro de 2009, 25 de Fevereiro de 2010, 16 de Dezembro de 2010, 27 de Fevereiro de 2013 e 28 de Junho de 2013, e os contributos do Município de Almada no âmbito da sua participação na Comissão Consultiva da Alteração do PROT-AML. A Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária em 17, 18 e 19 de Dezembro de 2014, delibera:

1. Reafirmar que se torna indispensável concluir o processo de revisão do Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa (PROT-AML), num quadro de respeito integral pelos interesses legítimos das populações e pelas opções de planeamento, ordenamento e gestão do território que nesse



quadro de respeito foram construídas, definidas e aprovadas pelos órgãos eleitos do Poder Local Democrático.

2. Reiterar a denúncia dos prejuízos que a insistência no adiamento de decisões do Governo em matéria tão importante provoca ao nível do regular desenvolvimento da atividade municipal, particularmente no que ao planeamento e gestão do território diz respeito tendo em consideração o processo de revisão do Plano Diretor Municipal e a elaboração de instrumentos de gestão do território fundamentais para o desenvolvimento futuro do Concelho, e em particular da Trafaria.
3. Reiterar, considerando determinantes para o desenvolvimento do Concelho de Almada, da Região onde se insere e das suas Gentes, o seguinte:
 - A rejeição da construção de um terminal de contentores na Trafaria;
 - A necessidade de criação de infraestruturas de apoio e incremento da Pesca na Trafaria;
 - A necessidade de considerar a defesa e valorização da Arte-Xávega;
 - A necessidade de pleno aproveitamento, valorização e dinamização do potencial turístico e de recreio da frente de mar e frente ribeirinha do Concelho de Almada, em particular na área da Trafaria, aproveitando nomeadamente as potencialidades para a prática de desportos náuticos, levando em consideração os projetos inscritos na Estratégia para a Costa da Trafaria;
 - A necessidade de assegurar a preservação dos recursos e dos ecossistemas marinhos e do património natural e ambiental.
4. Reafirmar que as Opções de Desenvolvimento para a Trafaria definidas e consensualizadas a nível local passam pela requalificação urbana e valorização ambiental, pela diversificação e qualificação dos núcleos habitacionais, pelo incentivo às atividades geradoras de emprego e de elevado potencial económico (turismo, pesca, recreio e lazer) e pelo aproveitamento sustentável das áreas de elevado valor patrimonial em termos de recursos naturais e paisagísticos.
5. Reafirmar a exigência da consideração do interesse estratégico do sector das pescas, exigindo ao Governo o desenvolvimento e aplicação de uma política empenhada e capaz de defender os interesses nacionais, que tenha em conta a realidade e as particularidades de cada zona de pesca, de cada frota e dos recursos, que envolva os pescadores nas soluções e na sua implementação, criando condições para o seu desenvolvimento. 6. Reafirmar a necessária e



urgente construção de um novo porto de pesca e condições agregadas para melhoria desta atividade, que deve concretizar-se como projeto âncora considerado no contexto das opções de desenvolvimento para a Trafaria.”

7.3.10 - O Sr. Deputado Municipal Ricardo Louça, Presidente da União das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Deliberação Por um Arsenal do Alfeite ao serviço do País

Na Sessão Ordinária da Assembleia Municipal realizada em fevereiro do corrente ano, foi aprovada uma moção através do qual a Assembleia expressava a sua discordância com a decisão do Governo de enviar o submarino Tridente para reparação na Alemanha.

Fundávamos a posição assumida considerando que a autorização do Ministro da Defesa Nacional, por ajuste direto, para realização de uma “pequena reparação” (os termos constam do despacho) do submarino Tridente no estaleiro da Thyssen Systems GmbH (Alemanha), representava mais uma atitude do Governo reveladora das suas intenções relativamente ao Arsenal do Alfeite e aos seus trabalhadores.

A decisão tomada em fevereiro pelo Governo colidiu frontalmente com o interesse nacional, na medida em que desaproveitando o potencial técnico e tecnológico instalado no Arsenal do Alfeite, fazendo tábua rasa dos largos meses de formação específica que os trabalhadores daquele estaleiro naval fizeram na Alemanha tendo em vista, precisamente, a manutenção dos submarinos, desperdiçando a inquestionável capacidade de que o Arsenal do Alfeite dispõe ou pode dispor para reparar a frota da Marinha Portuguesa, o Ministro e o Governo beneficiaram em mais de 5,5 milhões de euros interesses económicos estrangeiros, que assim foram retirados à economia e ao aparelho produtivo nacional.

A questão do ataque do atual Governo ao Arsenal do Alfeite e aos seus trabalhadores voltou a merecer a atenção e preocupação desta Assembleia Municipal na sua sessão ordinária de setembro, perante um novo passo do Ministro da Defesa Nacional.

Após anunciar a dissolução da holding EMPORDEF, o Ministro assinou um contrato de consultoria para estudar “a criação de cenários de evolução empresarial em situação competitiva e de soluções de reestruturação para o Arsenal do Alfeite”.

Esta Assembleia expressou, nessa oportunidade, a profunda preocupação que a medida representa para os interesses dos trabalhadores, do Arsenal do Alfeite, do



Concelho de Almada e do próprio País, porquanto traduz de forma clara, e uma vez mais, a intenção do Governo em privatizar o Arsenal do Alfeite.

A Assembleia Municipal de Almada considerou, então, que o caminho a seguir deverá ser o da reintegração do Arsenal do Alfeite na orgânica da Marinha Portuguesa, a recusa da sua privatização, único caminho que permite assegurar a defesa dos legítimos interesses e direitos dos trabalhadores, e continuidade da atividade de reparação e construção naval no nosso País, uma área de atividade económica que dispões de enorme potencial de desenvolvimento no futuro próximo, que se constitui por isso de extraordinário interesse para a economia local e nacional.

A situação do Arsenal do Alfeite regressa a esta sessão de dezembro porque o Governo e o Ministro da Defesa Nacional decidiram enviar de novo para a Alemanha para reparações, um submarino da Armada Portuguesa, assim prejudicando de novo em 5,5 milhões de euros a economia nacional, o Arsenal do Alfeite e os seus trabalhadores.

A Assembleia Municipal de Almada, que tem desde sempre tomado posição inequívoca relativamente à necessidade da continuação da atividade de reparação e construção naval no Concelho e no Arsenal do Alfeite, e assumido permanentemente o compromisso de defesa dos postos de trabalho e da economia local e nacional, reunida em sessão ordinária em 17, 18 e 19 de dezembro de 2014, delibera:

1. Reiterar a profunda discordância com a decisão do Governo de enviar para reparação na Alemanha de navios da Armada Portuguesa, designadamente os seus submarinos.
2. Reiterar todo o apoio e solidariedade aos trabalhadores do Arsenal do Alfeite e aos seus órgãos representativos, em defesa da continuação da atividade de reparação e construção naval no âmbito da Marinha Portuguesa e contra a privatização do estaleiro.”

7.3.11 - A Sr.^a Deputada Municipal Alexandra Correia (PAN):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

7.3.11.1 - Moção/Recomendação Proibição de espetáculos circenses com animais

Os animais detidos para uso circense, são privados toda a sua vida do seu habitat natural, são mantidos cativos em jaulas e espaços confinados, sendo-lhes para sempre negada a sua liberdade e o seu direito à Vida. De forma a prepará-los para os espetáculos, ou seja, força-los a exhibir comportamentos não caraterísticos da sua



espécie, são sujeitos a treinos e atos dolorosos que conseqüentemente estão associados ao surgimento de perturbações psicológicas graves nos animais.

As crianças são presença assídua nos espetáculos circenses e em nada, os números com animais, contribuem para o seu desenvolvimento do ponto de vista pedagógico.

Nenhum circo constitui a recriação do comportamento dos animais no seu habitat natural, pelo contrário, reforça a ideia de que os animais podem ser detidos e usados para a diversão humana.

Considerando que a Câmara Municipal do Funchal decidiu não emitir licenças a espetáculos circenses que incluam a exibição de animais, dando assim um importante passo na promoção do bem estar animal em Portugal.

Considerando que na Assembleia Municipal de Lisboa, recomendação idêntica foi aprovada por maioria.

Considerando que nenhuma forma de entretenimento deve envolver o sofrimento forçado de seres vivos sencientes, a quem, de resto, já foi negada a possibilidade de viver no seu habitat natural.

O PAN, submete à Assembleia Municipal de Almada, reunida a 17, 18 e 19 dezembro de 2014, que delibere recomendar à Câmara Municipal de Almada, que não emita licenças a espetáculos circenses que incluam a exibição ou utilização de animais.”

7.3.11.2 - Moção/Recomendação Colocação de guardas de proteção nas pontes

Atualmente, a maioria das pontes do concelho não possui qualquer tipo de sistema de prevenção de quedas de objetos, pessoas ou animais. Quem as utiliza tem apenas como segurança as estruturas laterais, normalmente constituídas por corrimões tubulares. Nas pontes existe um considerável aumento da intensidade da força do vento, e algumas destas pontes, são pontos de passagem diários para muitas pessoas, e com elas passam os mais variados tipos de objetos, que poderão cair e atingir os veículos que passam nas estradas por baixo.

Passam também pessoas com crianças pequenas e animais, os quais estes últimos são muitas vezes mais baixos que a altura do primeiro corrimão, aumentando assim o risco de queda. São exemplos, a ponte do Pragal e as pontes do Feijó.

Considerando que nas pontes mais recentes do concelho, houve a consideração de colocar guardas de proteção.

O PAN, submete à Assembleia Municipal de Almada, reunida a 17, 18 e 19 de dezembro de 2014, que delibere recomendar à Câmara Municipal de Almada, a colocação de guardas de segurança nas pontes do concelho.”



7.3.12 - A Sr.ª Deputada Municipal Eva Gomes (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Saudação De reconhecimento da ação municipal

Almada volta a ser premiada. A estratégia local de desenvolvimento sustentável do Município, assente na prática de políticas e ações concretas em vários domínios como a educação, a mobilidade, a qualificação urbana e ambiental e a melhoria da intervenção pública, contribui para a melhoria da qualidade de vida dos almadenses e continua a ser reconhecida a nível nacional e internacional.

A gestão pública e municipal proporciona e garante um elevado padrão de qualidade dos serviços prestados às populações. O acesso à água potável e ao saneamento é um direito humano fundamental declarado pelas Nações Unidas e assegurar este direito é uma preocupação do governo local. Os esforços para a garantia deste direito são os principais mecanismos de proteção da qualidade de vida, de satisfação das necessidades mais básicas e de minimização dos problemas de saúde. Estes esforços são a política dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento (SMAS) Almada, que conquistaram novamente o “Selo de Qualidade Exemplar da Água para Consumo Humano 2014”, atribuído pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) e o Jornal Água & Ambiente, com a colaboração da Associação Portuguesa de Distribuição e Drenagem de Águas (APDA), da Associação Portuguesa de Engenharia Sanitária e Ambiental (APESB), da Associação Portuguesa Dos Recursos Hídricos (APRH) e do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC). Este reconhecimento aconteceu na 9.ª edição da Expo Conferência da Água e é atribuído às entidades que asseguraram o cumprimento de critérios mais exigentes do que a legislação setorial, e vem assim reforçar o mérito dos SMAS como entidade prestadora de serviço público municipal de excelência. Mas, esta excelência passa também pela preocupação da proteção ambiental que existe, que levou ao pleno funcionamento de quatro Estações de Tratamento de Águas Residuais em Almada, que permitem uma taxa de tratamento de 100% contribuindo para a proteção sanitária da população, assim como para a preservação da biodiversidade do estuário do Tejo e da costa atlântica, apostando sempre na defesa da água enquanto bem público. Também este ano, como parceiro em projetos de investigação e desenvolvimento, os SMAS Almada partilham com o Laboratório Nacional de Engenharia Civil o prémio “Project Innovation Award 2014”, atribuído pela International Water Association, e o prémio “Mulheim



Water Award 2014”. Estes prémios reafirmam o empenho dos SMAS nos projetos que contribuem para a investigação, para a inovação e para a gestão patrimonial de infraestruturas em entidades gestoras de serviços de águas.

Igualmente reconhecidos, foram os esforços da autarquia na promoção da mobilidade urbana sustentável. A aplicação “ Almada Pedonal + Metro”, que permite a criação de trajetos pedonais, utilizando o metro, mais rápidos e interessantes entre os diferentes pontos de interesse do concelho, recebeu uma menção honrosa no “Prémio de Mobilidade para Cidades Empreendedoras no Transporte Sustentável”. A aplicação, desenvolvida pela Agência Municipal de Energia de Almada em parceria com a Câmara Municipal de Almada, a Metro

Transportes Sul e a Edisof foi distinguida pela Universidade do Michigan, nos Estados Unidos, e

pela associação ICLEI-Governos Locais para a Sustentabilidade, durante o 21º Congresso Mundial

sobre Sistemas de Transportes.

Dando continuidade a esta maré de prémios, Almada também arrecadou o “Prémio de Mérito do Desporto Escolar- Autarquias” referente ao ano letivo 2013-2014. A aposta da Câmara Municipal no desporto escolar é um pilar fundamental para criação um estilo de vida são e para a promoção da saúde da população, uma vez que permite a formação de hábitos saudáveis nas crianças do concelho.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária nos dias 17, 18 e 19 de dezembro de 2014, delibera:

1. Saudar a Câmara Municipal de Almada e os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento Almada pela conquista do “Selo de Qualidade Exemplar da Água Para Consumo Humano 2014”, conquista só possível pelo grande investimento municipal que permite a adequada formação dos trabalhadores, a manutenção da excelência do serviço público municipal e o alargamento e renovação da rede, apostando sempre na defesa da água enquanto bem público.
2. Saudar os SMAS pela empenhada participação em projetos que selem pela investigação e inovação no âmbito da gestão da água, reconhecida pela conquista do prémio “Project Innovation Award 2014” e do prémio “Mulheim Water Award 2014”.
3. Saudar a Câmara Municipal de Almada pela menção honrosa, no “Prémio de Mobilidade para Cidades Empreendedoras no Transporte Sustentável”, da aplicação



“Almada Pedonal + Metro” que reafirma os esforços e a preocupação pela promoção da mobilidade urbana sustentável.

4. Saudar a Câmara Municipal de Almada pelo “Prémio de Mérito do Desporto Escolar Autarquias” referente ao ano letivo 2013-2014 que reconhece o trabalho Desenvolvido no âmbito da criação de hábitos de atividade física nas crianças, contribuindo para a promoção da saúde da população almadense.”

7.3.13 - A Sr.^a Deputada Municipal Luísa Ramos (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Deliberação Sobre o Orçamento de Estado para 2015

O Orçamento de Estado para 2015, que a maioria parlamentar de direita PSD/CDS, aprovou no final do mesmo passado na Assembleia da República, é mais uma peça na máquina de empobrecimento coletivo e em particular dos trabalhadores e do povo, em que se transformou este Governo PSD/CDS, que 3 anos e meio após a sua posse e com a sua ação destruidora, fez cair o PIB, o investimento, o consumo das famílias, o consumo público, e a procura interna, como nunca antes se tinha verificado.

Em 3 anos e meio o país recuou mais de uma década, foram destruídos centenas de milhares de empregos, os salários reais caíram em média 15% e a taxa de desemprego real ultrapassa os 20%, com mais de 1 milhão e duzentos mil desempregados e mais de 350 mil portugueses a serem forçados a emigrar, procurando lá fora aquilo que cá dentro este Governo lhes nega, um emprego digno para poderem viver.

Tendo sempre como chapéu protetor o Pacto assinado com a Troika em 17 de Maio de 2011 pelo anterior Governo PS, com a concordância da atual maioria PSD/CDS, nos últimos 3 anos e meio foram centenas as medidas aprovadas por este Governo desde o ataque ao poder local democrático, através da imposição às freguesias da sua reorganização administrativa e da tentativa de subjugação dos municípios pela asfixia financeira, desde os cortes aos direitos dos trabalhadores e em especial aos trabalhadores da Administração Pública e da Administração Local, os cortes nos salários e pensões, a aprovação de uma sobretaxa extraordinária sobre os salários, a redução do valor das horas extraordinárias e das indemnizações por despedimento, a facilitação e simplificação das condições de despedimento, os cortes nos Orçamentos da Saúde e em especial do SNS, os cortes na Educação e em especial os ataques à Escola Pública, os cortes na Segurança Social e em especial nas várias prestações



sociais, o aumento da carga fiscal sobre os trabalhadores através da redução dos escalões do IRS e sobre as famílias através do aumento do IMI e o IVA, a aprovação de uma nova lei do arrendamento, que mais não é do que uma verdadeira lei dos despejos para milhares e milhares de famílias, a liberalização do mercado energético, o aumento considerável dos preços dos transportes públicos e das taxas moderadoras e por fim a entrega ao sector privado de sectores chaves da nossa economia, através das privatizações da ANA, da REN, da EDP, dos CTT e da venda das participações que através da CGD detinha na Cimpor e do fim das golden-shares que o Estado ainda detinha na EDP, na GALP e na PT. Mas não contentes com tudo isto preparam-se agora para privatizar a TAP, os STCP, o Metro do Porto, a CARRIS, o Metro de Lisboa, a CP- Carga, a EMEF e as zonas portuárias, que serão entregues aos interesses económicos da náutica de recreio e cruzeiros.

O Orçamento que a direita PSD/CDS acabou de aprovar na AR é um Orçamento para prosseguir a política dos PEC's e das Troikas, é um orçamento que aprofunda o favorecimento dos interesses do capital à custa dos trabalhadores e do povo, é um orçamento que pretende tornar definitivos cortes que este Governo hipocritamente disse serem provisórios.

Este é um orçamento que dá mais um passo no desmantelamento das funções sociais do Estado, só nos últimos 4 anos foram retirados à Escola Pública mais de 2 mil milhões de euros.

Ao brutal aumento de impostos suportado pelos trabalhadores, pensionistas e reformados e suas famílias em 2012, 2013 e 2014, o Governo em 2015 acrescenta a manutenção da sobretaxa extraordinária de IRS, que tinha afirmado ter um carácter transitório e aumenta a carga fiscal através do fim da cláusula de salvaguarda do IMI e da criação da chamada fiscalidade verde, com uma taxa sobre os sacos de plástico e a introdução de uma taxa de carbono que vai fazer aumentar os preços dos combustíveis.

Este Governo tem apregoadado aos sete ventos que a reforma do IRS que aprovou para 2015 é amiga das famílias e em particular das famílias numerosas, mas a verdade é que a esmagadora maioria das famílias numerosas são pobre, não entregam IRS e viram os apoios sociais reduzirem-se enormemente (menos cerca de 600 mil abonos da família atribuídos desde 2010). Por outro lado o enorme aumento de impostos provocado pela redução do nº de escalões de IRS, pelo aumento da taxa de imposto por escalão e pela sobretaxa extraordinária de IRS permanece inalterado.



Na impossibilidade de cortar os salários como pretendia depois do chumbo do TC, mantém congelados os salários até 1500 euros na Administração Pública e a partir daí mantém cortes salariais entre 2,8% e 8%. Não podendo aplicar nas pensões os cortes que pretendia com a Contribuição de Sustentabilidade chumbada pelo TC, o Governo insiste no congelamento das pensões inferiores a 1000 euros (com exceção das pensões mínimas) e impõe novos cortes nas pensões mais elevadas, para as quais os trabalhadores fizeram os seus descontos.

É hoje cada vez mais claro para milhões de portugueses que a política que com este Orçamento de Estado, este Governo PSD/CDS prossegue e aprofunda, não serve os seus interesses, nem os interesses de Portugal como país soberano e independente. Este Governo repete hoje até à exaustão que o país está melhor, mas as medidas de empobrecimento dos trabalhadores e do povo continuam e aprofundam-se. Só proclama o fim da crise quem nunca sofreu com ela.

Portugal é hoje um país mais injusto, desigual e desequilibrado territorialmente. A pobreza atinge hoje níveis nunca antes vistos, mais de ¼ dos portugueses vivem hoje abaixo do limiar de pobreza e estima-se que fruto das políticas deste Governo mais de 600 mil portugueses tenham caído na pobreza.

As políticas que têm vindo a ser prosseguidas destruíram o nosso aparelho produtivo, destruíram direitos laborais e sociais de milhões de portugueses, retrocederam os níveis de produção, consumo, investimento, emprego e distribuição do rendimento para patamares de anos e décadas anteriores e os níveis de desemprego, precariedade e degradação salarial para patamares nunca antes registados depois de Abril de 1974.

As políticas que têm vindo a ser prosseguidas não resolveram, nem resolvem, nenhum dos seus grandes objetivos: a redução sustentada do défice orçamental e da dívida pública, antes pelo contrário vão contribuir para o seu agravamento.

O país precisa de uma outra política, de uma política patriótica e de esquerda.

Uma política que assuma a imediata renegociação da dívida pública, nos seus prazos, juros e montantes, incluindo a renúncia da componente ilegítima dessa dívida e a assunção de um serviço da dívida compatível com as necessidades de crescimento económico e criação de emprego.

Uma política que garanta a efetiva defesa da produção e do aparelho produtivo nacional. Que envolva: um programa de substituição de importações por produção nacional; medidas de efetiva redução dos custos dos fatores de produção: energia, transportes, comunicações, crédito, etc., o aproveitamento e controlo soberano dos



recursos nacionais; a valorização do mercado interno como componente do crescimento económico; o apoio efetivo às micro, pequenas e médias empresas, a diversificação das relações económicas, comerciais e de cooperação com outros povos.

Uma política que concretize o fim das privatizações e a recuperação do controlo público dos sectores estratégicos da economia nacional, incluindo a nacionalização da banca, colocando-os ao serviço dos trabalhadores e do povo.

Uma política que no plano fiscal acabe com o escandaloso favorecimento da banca, da especulação financeira, dos grandes grupos económicos nacionais e estrangeiros;

Uma política que aposte na valorização dos salários, das reformas e pensões, das prestações sociais, inseridas num processo de combate às injustiças e melhoria das condições de vida das populações, bem como de estímulo ao mercado interno e à atividade económica;

Uma política de dinamização do investimento público, central e local necessário ao crescimento da atividade económica, à modernização e qualificação do país e à satisfação das necessidades das populações.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária, em 17 de Dezembro de 2014, delibera:

- Saudar todas as lutas, greves e manifestações organizadas ao longo dos últimos meses de forma cada vez mais intensa e que prosseguirão nos próximos dias e meses, como expressões vivas do descontentamento e repúdio da política que tem vindo a ser prosseguida por este Governo PSD/CDS e que este Orçamento de Estado prossegue e aprofunda ainda mais.
- Exigir o fim destas políticas que inevitavelmente conduzirão à destruição do nosso país como nação livre e independente e reclamar a devolução da palavra ao povo para que em eleições legislativas antecipadas se pronuncie livremente sobre o julgamento que faz destas políticas de direita e deste Governo, que têm conduzido à destruição do nosso país. Um Governo que pelas políticas que tem conduzido se apresenta hoje sem qualquer legitimidade política, social e eleitoral.”

7.3.14 - O Sr. Deputado Municipal Nuno Pinheiro (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Recomendação Centenário do nascimento de António Paixão



Comemora-se em 2015 o centenário do nascimento de António Paixão, um dos fotógrafos mais importantes do Século XX e que residiu uma grande parte da sua vida em Almada.

Nascido na Covilhã a 6 de Fevereiro de 1915, começou a trabalhar em fotografia no estúdio de um familiar em Coimbra. Mais conhecido pelo seu trabalho como impressor, em que fazia autênticos milagres, também foi um fotógrafo de grande mérito reconhecido como tal desde os anos 1950, tendo as suas fotografias corrido mundo em publicações, concursos e exposições.

Viveu a maior da sua vida em Almada, onde constituiu família e estabeleceu um estúdio.

Muitas das suas obras foram consumidas pelas chamas num incêndio dos laboratórios *Filmarte* no início dos anos 80.

António Paixão faleceu em 1985, e a maior parte da sua obra faz parte do espólio do Museu Nacional de Arte Contemporânea. Na sua exposição anual de 2014, a inaugurar a 18-12-2014, a *Imagem* expõe na galeria municipal de arte obras de António Paixão numa homenagem ao artista.

Numa altura em que a “penúltima” das artes começa a ser reconhecida, havendo em Portugal escolas e agrupamentos de escolas que têm fotógrafos (Augusto Cabrita, Eduardo Gageiro) como patronos, a Assembleia Municipal de Almada, reunida a 17/12/2014, associa-se às comemorações deste centenário e recomenda à Câmara Municipal que, em articulação com a família, o MNAC e associações de artistas plásticos desenvolva, em 2015, iniciativas que levem ao melhor conhecimento da obra de António Paixão e permitam perpetuar a sua memória em Almada.”

7.3.15 - A Sr.ª Deputada Municipal Ana Ribas (PSD):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Deliberação Revitalizar o coração da cidade de Almada e das Freguesias

Uma cidade só cumpre realmente o seu papel se tiver a capacidade para promover a fruição dos seus espaços públicos pelos cidadãos.

Acresce que a dinamização do espaço público é um aspeto fulcral para revitalização do comércio tradicional e ainda para potenciar a atração de fluxos turísticos com origem nos concelhos limítrofes.

Por outro lado, a animação do espaço público, enquanto elemento constituinte de uma estratégia global de marketing das cidades, tem-se revelado eficaz para cumprir o



acima preconizado: uma maior vivência social, revitalização do comércio tradicional e incremento do turismo.

Defende-se, assim, a mobilização de vontades e de recursos para a promoção do uso regular e programado do espaço público para manifestações culturais, envolvendo os talentos locais: músicos, atores, artistas plásticos e circenses, apenas para dar alguns exemplos.

No entanto, esta programação cultural deverá ser articulada com outro tipo de eventos, como mercados de rua para venda de produtos agrícolas locais, artesanato, antiguidades e velharias, entre outros, que transportem para o coração da cidade um ambiente descontraído e colorido.

Estamos convictos de que, apesar de já haver algumas iniciativas no centro da cidade precisamos de ir mais longe com estas atividades, desde que planeadas e com carácter regular, pois permitem atrair mais visitantes e promovem a fruição da nossa cidade e freguesias pelos almadenses, com evidentes ganhos para a restauração e o comércio tradicional em geral.

Almada e as suas freguesias por todo o concelho, têm espaços privilegiados para a concretização deste objetivo. As suas praças, os seus jardins, as suas ruas, a sua frente ribeirinha. Todos estes ambientes podem - e devem - ser palcos para a fruição ativa da cidade pelos cidadãos.

Sendo verdade que este desiderato só é possível através de uma estratégia concertada, articulada e participativa dos vários agentes locais, também temos a clara convicção de que compete à Câmara Municipal de Almada dinamizar e liderar este processo.

Neste sentido, os representantes do PSD na Assembleia de Municipal de Almada, propõem que esta assembleia, reunida em reunião ordinária de Dezembro de 2014, delibere no sentido de que o executivo camarário:

- Apresente até ao final do 1º semestre do ano de 2015, um plano de dinamização dos espaços públicos da cidade e de todas as suas freguesias, contribuindo desse modo para a melhoria do bem estar dos almadenses e desenvolvimento do seu concelho.”

7.3.16 - O Sr. Deputado Municipal Paulo Sabino (PSD):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Deliberação Hortas Urbanas - Um Reforço na Aposta!



A ocupação saudável e voluntária dos tempos livres ou dos tempos mortos (que as vicissitudes da vida muitas vezes impõem) é um contributo determinante para uma vivência física, psíquica e emocionais equilibradas.

A sociedade moderna tem tendência a afastar o ser humano de uma das referências importantes da sua vida, como são o contacto e a vivência com a natureza, sendo que deste contato e vivência, em casos particulares, podem cumulativamente resultar, fruto do entusiasmo e dedicação, proveitos que podem ajudar a minorar dificuldades de subsistência e/ou constituírem, ainda que com reduzida expressão, o reforço de um orçamento familiar.

A constituição de Hortas Urbanas (*Hortas Municipais*) é no contexto acima referido uma exigência de premente concretização dos que têm a responsabilidade de implementar boas decisões que tornem Almada numa referência.

A criação, disseminada pelo concelho, de Hortas Urbanas num conceito de proximidade ao usufrutuário, a divulgação atempada da sua próxima existência, bem como o empenho da autarquia na formação técnica elementar dos que dela necessitem, são exigências que devem constituir desígnio dos responsáveis autárquicos.

As Hortas Urbanas, sendo um elemento estruturante para a “ ... materialização da estrutura verde do concelho e a rede de corredores ecológicos...” não são, todavia, um fator proporcionador de visibilidade eleitoral pelo que nos assiste o receio de que se trata de “uma coisa para se ir fazendo” e, deste modo, os benefícios que resultem da sua existência podem esperar por “melhores dias”.

No concelho de Almada existem (em todas as freguesias) locais, de propriedade pública e camararia, onde podem (é urgente!) ser criadas Hortas Urbanas em resposta à necessidade sentida por um número espantosamente crescente de almadenses bem visível na proliferação anárquica e acelerada de hortas em (quase) tudo o que é terreno de cultivo livre!

Impõe-se, pois, numa “resposta” dos responsáveis pela gestão autárquica, que soluções primeiras sejam, com a maior brevidade, replicadas e disseminadas.

Tendo presente a importância que as Hortas Urbanas assumem para a preservação da qualidade ambiental e o bem-estar psicossomático dos que delas usufruem, os representantes do PSD na Assembleia de Municipal do Município de Almada, propõem que esta assembleia reunida em reunião ordinária de Dezembro de 2014 delibere no sentido de que a Gestão Municipal:



- Prepare e apresente até ao fim do primeiro semestre do ano de 2015 um plano de implementação de mais Hortas Urbanas, a sua localização, as “parcelas” previstas em cada uma, as condições gerais de acesso, o apoio técnico de formação inicial e restantes condições.”

7.3.17 - A Sr.^a Deputada Municipal Vanda Lima Silva (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Deliberação O aumento do horário de trabalho para as 40h é contraproducente, prejudica as famílias e não contribui para a melhoria dos serviços públicos

Em Agosto do ano passado entrou em vigor um diploma legal (a Lei 68/2013 de 29 de Agosto) que estabeleceu a duração normal de trabalho dos trabalhadores em funções públicas, alargando a sua jornada diária para as 8 horas, com efeitos a partir de 28 de setembro.

A referida legislação, da responsabilidade da maioria que governa o país, representou um retrocesso social e civilizacional sem precedentes, atingindo, de forma indelével os trabalhadores da Administração Pública, como jamais seria imaginável em 40 anos de democracia.

Este aumento do horário de trabalho, para as 40 horas semanais, não só não acarretou maior produtividade ou melhor qualidade dos serviços públicos, como ainda veio conflitar com a vida pessoal e familiar dos trabalhadores sujeitos a esta medida, impedindo-os de acompanhar devidamente o percurso escolar dos filhos, dificultando-lhes o exercício efetivo da maternidade e/ou da parentalidade.

Há ainda relatos de alguns representantes de estruturas sindicais, afetos às Finanças e Impostos e também à Justiça, referindo graves prejuízos devidos à sobrecarga de trabalho (mais uma hora por dia, com mais processos), em locais onde muitas vezes a falta de condições de trabalho é agravada pela desorientação da tutela, pondo em risco a saúde daqueles que diariamente estão obrigados a cumprir com mais horas de labuta, menos salário e piores condições de trabalho.

A respeito desta matéria, o Acórdão do Tribunal Constitucional, admite a celebração de Acordos Coletivos, os chamados ACEEP's, acordados entre as entidades públicas e as entidades representativas dos trabalhadores, permitindo-lhes adotar/fixar o horário de trabalho nas 35 horas semanais.

Alguns municípios, nomeadamente o de Almada, já assinaram com os sindicatos os ACEEP's, que permitem a manutenção do horário de trabalho existente até à entrada



em vigor da referida legislação, no entanto, a sua publicação foi travada pelo Secretário de Estado da Administração Pública, que se recusou a publicar aqueles acordos que já haviam sido estabelecidos pelas partes, requerendo parecer ao Procurador-Geral da República, que chegou em maio, mas apenas foi homologado em setembro, atribuindo ao Ministério das Finanças a participação no processo negocial, o que implica a renegociação dos acordos já estabelecidos.

Na sequência destes acontecimentos, o Presidente do Conselho Metropolitano de Lisboa propôs apresentar, ao Provedor da Justiça, um pedido de fiscalização da constitucionalidade, relativo ao artigo da Lei Geral em Funções Públicas que determina a participação do Ministério das Finanças nas negociações dos acordos com as autarquias, defendendo o princípio da autonomia do poder local, nomeadamente no que concerne à “liberdade de fixação de horários de trabalho”.

A acompanhar a proposta, estiveram as autarquias socialistas de Lisboa, Amadora, Montijo, Odivelas, Sintra e Vila Franca de Xira, bem como as de Almada, Seixal, Alcochete, Barreiro, Moita, Loures, Palmela, Sesimbra e Setúbal, afetas à CDU, que a subscreveram por estar em causa a “liberdade para determinar o horário de trabalho dos trabalhadores que contratam”.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida nos dias 17,18 e 19 de dezembro, considera que:

- a) É ilegal e abusiva a decisão do senhor Secretário de Estado da Administração Pública de suspender a publicação dos ACEEP's;
- b) Tal comportamento contaria o acórdão do TC, datado de 26 de setembro de 2013, em que é referida explicitamente a possibilidade de haver alterações ao período normal de trabalho, previsto na lei 68/2013;
- c) O Governo reconhecia em 26 de setembro, o direito à negociação de acordos que contemplassem a manutenção de horários de 35 horas semanais, no entanto impediu a publicação dos ACEEP's, desrespeitando as decisões das entidades públicas que os firmaram, nomeadamente as autarquias;
- d) Num estado democrático, o direito à contratação coletiva, bem como a garantia de que todos os direitos e liberdades constitucionais, não podem ser suspensos por um qualquer pedido dirigido ao Procurador-Geral da República.

Pelo que a Assembleia Municipal de Almada delibera:

- 1- Apoiar os trabalhadores em Funções Públicas, nomeadamente os das Autarquias, na defesa da manutenção do seu horário de trabalho de 35h semanais.



- 2- Exortar o Executivo da Câmara Municipal de Almada para que mantenha a exigência de publicação dos ACEEP's já assinados;
- 3- Apelar às autarquias que integram o Conselho Metropolitano de Lisboa, para que se mantenham coesas na defesa intransigente dos direitos, liberdades e garantias dos seus trabalhadores.”

7.3.18 - O Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

7.3.18.1 - Moção - Estrada Regional 377-2 - Fim de utilidade pública

Com a retirada da declaração de utilidade pública por parte da tutela, passa a estar salvaguardada a continuidade dos férteis e importantes campos e solos agrícolas das Terras da Costa, tal como a manutenção das centenas de postos de trabalho de quem depende direta e indiretamente dessa atividade agrícola praticada nas Terras da Costa.

Em conjunto com a atividade agrícola fica também salvaguardado e protegido todo um vasto e riquíssimo Património Natural e Paisagístico que engloba toda a fauna e flora que seria profundamente afetada e com danos irreversíveis se a ER 377-2 tivesse ido para a frente.

A construção da mesma estrada foi alvo de enorme contestação por parte de associações ambientalistas, do Provedor de Justiça, de partidos políticos, de moradores e agricultores, e da restante sociedade civil sendo mesmo alvo de ações judiciais e condenações em tribunal, mas que conseguiram perceber atempadamente as atrocidades que seriam concretizadas na destruição de Reserva Botânica da Mata Nacional dos Medos em plena Área de Paisagem Protegida da Arriba Fóssil da Costa da Caparica tal como a consequente expropriação de rendeiros que têm o seu sustento na atividade agrícola, estrada essa que foi anunciada pelo governo socialista em 2007 integrada no agora extinto Programa Pólis para a Costa da Caparica.

Desta forma, a Assembleia Municipal de Almada reunida em sessão ordinária do mês de Dezembro na localidade do Pragal, reconhece:

- 1 - a importância inequívoca da caducidade da declaração de utilidade pública referente à construção da Estrada Regional 377-2
- 2 - a importância estratégica para o concelho da defesa da agricultura e dos postos de trabalho das Terras da Costa tal como a preservação e proteção do restante património ambiental e paisagístico onde se insere a Arriba Fóssil da Costa da Caparica



3 - a importância de se encontrar alternativas viáveis à ER 377-2 promovendo o desenvolvimento da Costa da Caparica e do concelho, mas minimizando os impactos ambientais negativos que daí possam advir.”

7.3.18.2 - Moção/Saudação - Cante Alentejano

Foi no passado dia 27 de Novembro em Paris que o Cante Alentejano se juntou ao Fado como Património Imaterial da Humanidade.

A par do Fado junta-se o Cante Alentejano também ele símbolo de uma portugalidade de além fronteiras e além mar que atinge o patamar mais alto do reconhecimento cultural e da identidade de um povo.

São essas raízes e essa cultura transmitida de gerações em gerações manifestando os usos e costumes de uma comunidade que marca as origens e as vivências ao longo dos tempos transmitindo os modos de vida que identificam uma sociedade e lhe projetam a sua continuidade e o seu futuro.

O Cante Alentejano resultado de variadas influências musicais transportadas ao longo dos séculos pela história, foi na região do Alentejo que se enraizou e consolidou naquilo que é hoje, a expressão da genuinidade de um povo, das suas gentes, e da representatividade do seu social.

Com este merecido reconhecimento abre-se a porta não só à possibilidade da sua expansão em termos de imagem e valorização musical e cultural pelo mundo fora, como é o garante da sua continuidade nacional incentivando a sua prosperidade atraindo a juventude e honrando os seus antepassados.

Também em Almada onde é forte e marcante a comunidade alentejana resultado das migrações ocorridas no passado, é de salutar a atribuição desse reconhecimento por parte da UNESCO tendo a cidade também um papel fundamental na preservação e na promoção do Cante Alentejano enraizando desta forma essa tradição no concelho.

Tendo em conta os considerandos acima descritos, a Assembleia Municipal de Almada reunida em sessão ordinária do mês de Dezembro, na localidade do Pragal, Saúda a elevação do Cante Alentejano a Património Imaterial da Humanidade, como saúda toda a comunidade alentejana radicada em Almada reconhecendo também a forte dinâmica e contributo que esta mesma tem dado ao longo dos anos para o desenvolvimento do concelho.”

7.4 - No debate dos documentos apresentados no ponto 7.3 usaram da palavra os Srs. Deputados Municipais Luísa Ramos, José Leitão, Nuno Matias, Carlos Guedes,



António Pedro Maco, Alexandra Correia, Pedro Oliveira, e o Sr. Presidente da Câmara Municipal.

7.4.1 - A Sr.^a Deputada Municipal Luísa Ramos (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Permitam-me uma nota prévia ainda antes da discussão das Moções, que é de saudação ao povo cubano e aos Estado Unidos da América que estão no caminho do desanuviamento, do fim do bloqueio e sobretudo da libertação dos três presos políticos cubanos, dos cinco, dois já tinham sido libertados e portanto hoje foram mais três e portanto tudo aponta que finalmente desde 1961 que vamos entrar numa fase e oxalá seja duradoura, e oxalá seja efetivamente séria no sentido do desanuviamento e que contribuam para a paz no mundo. E portanto em nome da CDU, nós queremos objetivamente associarmo-nos a este dia histórico e importante na luta e defesa da paz e da soberania do povo cubano.

Depois dar informação sobre o sentido de voto das Moções em discussão.

Antes disso, propomos que na Moção do PSD sobre as hortas urbanas, em princípio nós subscrevemos e estamos de acordo, aliás faz parte até do documento que depois vamos analisar e votar no Plano para 2015, que é generalizar um pouco e começar o trabalho de generalização um pouco por todo o Concelho, da implementação das hortas urbanas. Parece-nos todavia que a parte deliberativa limita muito no primeiro semestre do ano 2015, parece-nos um pouco excessivo. E portanto nós propúnhamos que houvesse uma alteração no texto, na parte deliberativa e que fosse efetivamente no sentido de fazer uma recomendação à Câmara para que este reforço na aposta das hortas fosse efetivamente conseguida. Inclusivamente já falei com o Sr. Deputado do PSD para que se tornasse uma recomendação que a Câmara Municipal de Almada prossiga e aprofunde o Plano de Implementação das Hortas Urbanas. E portanto sim ou não, propúnhamos esta pequena alteração ao texto da Moção do PSD.

Sobre as Moções do PAN, relativamente à Moção/Recomendação para a proibição dos espetáculos circenses com animais, a sugestão que fazemos é, porque nos revemos nos princípios gerais, digamos desta campanha de sensibilização para que se caminhe no sentido efetivamente de retirar as partes mais polémicas que se prendem com os animais nos circos, que esta Moção baixasse à Comissão e que nós nos envolvêssemos todos numa campanha de sensibilização, numa campanha que fosse



criando opinião pública generalizada e alargada para estas matérias tão sensíveis que estão na ordem do dia.

Relativamente também à outra Moção colocada pelo PAN, que é a colocação de guardas de proteção nas pontes, também apoiamos esta Moção, mas se permitem um acrescento é que não é só a Câmara Municipal que deve colocar guardas de segurança nas pontes do Concelho, porque muitas delas não são da jurisdição da Câmara Municipal. E portanto, a proposta que fazemos é que se junte a esta também a sugestão “e as restantes entidades com jurisdição nesta área”, portanto não é só para a Câmara Municipal mas também relativamente a todas as outras designadamente à Estradas de Portugal, presumo que é assim que se chama a entidade que tem jurisdição nesta matéria.

Relativamente às Propostas do PS, também subscrevemos, apoiamos estas propostas, mas sugeríamos, porque não percebemos porque é que só uma Moção é que há a recomendação para a publicação no Boletim oficial do Município. Aprovamos esta Moção mas propomos que seja retirada bem como a publicação no Boletim Oficial do Município.

Relativamente às Moções do CDS vamos votar contra. Aliás há só um pormenor que importa ter em conta que é o facto de ter sido retirada da utilidade pública a Estrada 377/2, a estrada em si não foi retirada do Plano Rodoviário e portanto pensamos que isto é uma mistificação que não podemos acompanhar e relativamente à Moção do CDS vamos votar contra.

Dizer que votamos favoravelmente, obviamente, as Moções do Bloco de Esquerda. Relativamente à Moção do PSD sobre “Revitalizar o coração da cidade e das freguesias”, eu diria porque não gosto de adjetivar, só por distração é que um Partido que está a fazer o que está a fazer no poder de compra das populações, um Partido que está a criar constrangimentos cada vez mais às famílias portuguesas, queira que seja a Câmara a resolver o problema das dificuldades que se criam designadamente aos comerciantes. E portanto o que nós entendemos e reconhecemos, a CDU reconhece o esforço que a CDU e o Executivo e Câmara Municipal estão a fazer no sentido exatamente de revitalizar o coração da cidade até com alterações recentes, muito reivindicadas por outros partidos nesta Assembleia, quer no coração da cidade, quer nas freguesias. Tudo estamos a fazer para que efetivamente se anime, se revitalize e se melhore o espaço público. E esta Moção não podemos acompanhar.



A Moção do CDS relativamente ao Cante Alentejano, é uma curiosidade que registamos e vamos votar a favor.”

7.4.2 - O Sr. Deputado Municipal José Joaquim Leitão (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Pedia a vossa atenção para apresentar a posição do grupo de eleitos pelo Partido Socialista relativamente ao conjunto dos textos que foram apresentados.

O primeiro texto apresentado pela CDU sobre o Cante Alentejano merece obviamente a nossa adesão entusiástica e manifestamos também o acordo relativamente ao outro texto apresentado sobre o mesmo tema pelo CDS-PP. Portanto tanto um como o outro merecerão a nossa votação favorável.

O texto número três sobre os transportes rodoviários - TST. Também nos identificamos com a opinião e as preocupações neles expressas. Pensamos que a situação da degradação do serviço que está a ser prestado é de facto inaceitável e todos os protestos são poucos perante a realidade com que nos confrontamos.

Relativamente à Biblioteca da Trafaria é um equipamento importante que nós também achamos merecedor de referência positiva e votaremos a favor do texto assim como também votaremos a favor da Moção sobre o novo regime de arrendamento apoiado para a habitação social, porque consideramos e já referimos anteriormente nesta Assembleia que é inaceitável que numa altura em que a população portuguesa atravessa as dificuldades que atravessa e em que os setores mais desfavorecidos da população vive em situações de autêntica calamidade, numa situação como esta se aumentem rendas de casa. Achamos que é inaceitável que isso aconteça particularmente no que diz respeito à habitação social e portanto votamos a favor do texto apresentado pela CDU.

Relativamente ao texto sobre a saúde votaremos a favor mas gostaríamos de referir o seguinte, o nosso voto a favor tem a ver com a valorização que atribuímos às questões relacionadas com o SNS, à necessidade de defender e de preservar como conquista importantíssima de Portugal depois de Abril. No entanto obviamente e os subscritores desta proposta certamente saberão, não nos identificamos com todos os aspetos referidos no texto da plataforma, nomeadamente com a questão das taxas moderadoras. Nós entendemos que as taxas moderadoras fazem sentido, devem ser é taxas moderadoras e não devem desempenhar o papel que este Governo lhes atribui, que são de autênticos impostos que incidem sobre os portugueses que travessam problemas de saúde. De qualquer modo como referi, apesar desta nossa discordância



e valorizando aquilo que para nós é essencial votamos a favor, embora pela razão que apresentei, não tivéssemos subscrito o texto.

Moção sobre a Mostra de Teatro de Almada. Associamo-nos também, é importante frisar a importância que o Teatro tem para a cidade de Almada e para a projeção da cidade de Almada no País e no estrangeiro, é importante frisar sempre este aspeto.

A Companhia de Dança de Almada é também um aspeto importante, é uma Companhia que se tem enraizado em termos culturais no Concelho e que merece também o nosso apoio.

As três Moções apresentadas pelo Bloco de Esquerda são Moções com que nos identificamos completamente e teremos todo o gosto em as votar.

Sobre o Arsenal do Alfeite, pensamos que estão em causa três aspetos. O aspeto da economia do Concelho, o aspeto do emprego, mas também o aspeto da soberania, não nos parece adequado que os navios da Armada portuguesa sejam reparados num País estrangeiro, ainda que seja um aliado de Portugal. Portanto, achamos que deveria de ser o País com os seus recursos a assegurar a manutenção dos navios da Armada. E portanto votaremos a favor da Moção.

Moção/Deliberação para o desenvolvimento da Trafaria, merece também o nosso apoio. Pensamos de qualquer modo que é de referir o seguinte, o atraso verificado na Trafaria, o atraso acumulado, a que se está a dar resposta é da responsabilidade de um conjunto de entidades e também da Câmara Municipal de Almada. Portanto, não nos devemos esquecer disso, quando falamos dos problemas que afetam a Freguesia da Trafaria.

Sobre a Moção relativa aos animais, se o entendimento do PAN for no sentido de descer à Comissão tudo bem, trabalharemos na Comissão sobre esta matéria, se entender que se deve votar também não temos nenhum problema em que seja votado agora.

Sobre as guardas e proteções, é de facto um problema, é um problema que preocupa as pessoas, eu próprio reparei e falei com pessoas que também me chamaram a atenção para situações que se verificam mais propriamente nos viadutos do Concelho de Almada.

Penso que independentemente de haver outras entidades envolvidas e com responsabilidade, cabe à Câmara ter aqui um papel fundamental, porque aquilo que está em causa é a segurança dos cidadãos e essa matéria obviamente é da responsabilidade não exclusiva mas também claramente da autarquia.



Depois um texto com título “Saudação”, é um texto digamos que os considerandos, a parte não resolutive tem um carater laudatório com que não nos identificamos, mas a parte resolutive refere quatro situações em que os serviços municipais foram distinguidos. E quando os nossos serviços, serviços de todos os almadenses são distinguidos e reconhecidos, todos nós nos sentimos satisfeitos e nós também e portanto votaremos a favor, com a pequena ressalva que expressei.

Já a Moção sobre o OE para 2015, não pode merecer o nosso voto favorável, por uma razão óbvia. A CDU tem da política portuguesa uma representação fantasiosa que é basicamente esta, de um lado estão os Partidos de direita que são todos, PSD, CDS e PS e do outro lado está a esquerda que defende o Povo que é a CDU basicamente, embora de vez em quando admitam pontualmente o Bloco de Esquerda também pode ser englobado na categoria. Ora, sobre isso nós, com isso nós obviamente não concordamos. Nós percebemos e os portugueses percebem bem quais é que são as dicotomias e quais é que são as alternativas que existem na política portuguesa. A CDU conta obviamente negar isso, faz parte do seu discurso político e à medida que nos aproximarmos do período eleitoral vai obviamente acentuar esse discurso. A CDU para além de fazer o seu discurso político também podia pensar sobre a sua atuação nos últimos tempos relativamente a esta questão do relacionamento entre as várias entidades políticas, nomeadamente no papel que teve no abrir caminho à vitória da coligação de direita com a votação que fez relativamente ao PEC 4. Portanto não devem esquecer isso quando falam da esquerda e de direita, porque objetivamente, e esse é um discurso que a CDU faz muitas vezes, objetivamente abriram as portas à direita para que a direita chegasse ao poder.

Moção seguinte do PSD, sobre revitalizar o coração da cidade de Almada e das freguesias. Esta matéria é uma matéria muito cara ao Partido Socialista, é matéria que integrava de forma muito vincada o Programa Eleitoral do PS e não temos problema em votar a favor. Agora, chamávamos a atenção para um aspeto que deveria ser corrigido e fica à consideração do PSD. É que no Concelho de Almada há duas cidades, há a cidade de Almada e a cidade da Costa da Caparica e isso devia ser refletido no texto, no título devia ser “revitalizar o coração das cidades de Almada e da Costa da Caparica e das freguesias”. Eu penso que é uma referência que a Costa da Caparica merece e deveria ser feito, mas de qualquer modo votamos a favor da Moção apresentada pelo PSD.



Sobre as hortas urbanas, penso que também, apesar desta tendência para fixar objetivos no primeiro semestre que é discutível a questão das hortas urbanas, é um aspeto importante, existem em Almada hortas urbanas da iniciativa da Misericórdia e da Câmara Municipal, convergem obviamente num serviço que é prestado aos cidadãos, tem a ver com uma requalificação da Cidade e a afirmação de uma ideia de cidade moderna. Portanto, não temos também qualquer dificuldade em associarmos ao texto.

Sobre a Moção do CDS sobre a Estrada 377/2, nós obviamente sempre defendemos de forma intransigente o Polis da Costa da Caparica, não mudámos de opinião relativamente a isso e portanto sobre esta matéria há uma primeira afirmação que nós queremos fazer, é que não pode ser posto em causa o Polis como um objetivo fundamental para a Costa da Caparica e para o Concelho de Almada. No entanto se o subscritor permitir a votação ponto por ponto não temos problema nenhum em votar a favor do ponto 2 e 3 da parte resolutiva.

Sobre a Proposta da CDU à Moção do PS. Relativamente aos aspetos substanciais, nós não vemos qualquer problema em haver uma referência no sentido de ser publicitado, aliás há um antecedente que eu lembro-me, eu próprio apresentei uma Moção que tinha esta referência e foi publicada no Boletim Municipal. Mas de facto sou sensível à argumentação de que há um desequilíbrio relativamente às outras Moções e apesar de achar que deve haver referência e apelar para que sejam criadas as condições para haver uma referência às Moções aprovadas na Assembleia Municipal, não concordamos em retirar.”

7.4.3 - O Sr. Deputado Municipal Nuno Matias (PSD):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Muito rapidamente e telegraficamente.

Em primeiro lugar em relação à Moção do PSD sobre a revitalização do Concelho de Almada e das suas Freguesias, dar nota que nós aceitamos a sugestão do Partido Socialista e alteraríamos o título passando a ter como título “Revitalizar o coração de Almada e das Freguesias” e na parte deliberatória, onde diz “espaços públicos da cidade”, passaria a constar “do Concelho”. Para que não restem dúvidas que visa todo o Concelho e não apenas a cidade de Almada.

Em relação à Proposta da CDU sobre as hortas urbanas, dar sentimento à sugestão, sendo certo que importa neste momento também deixar claro o porquê de termos apresentado uma proposta de calendário. Vamos discutir isso mais à frente e noutra



ponto. O PSD ao longo de muitos anos tem apresentado um conjunto de propostas sérias, construtivas, que nalguns casos e nalguns momentos até aparecem nos documentos da Câmara, o problema é que depois não tem concretização e se calhar por isso “gato escaldado de água fria tem medo” neste caso apresentamos um calendário. Mas pronto, para não dizerem que há má vontade, vamos certamente incorporar esta proposta de alteração, esperemos que isso não condicione a aposta no reforço desta solução que nos parece positiva e já existe, não está isso em questão.

Em relação às demais Moções, dar nota telegráfica que o documento 1, do Canto Alentejano, iremos votar favoravelmente.

Na questão da Segurança Social iremos votar contra, e eu considero *sui generis* ser o Partido Socialista a apresentar esta Proposta, porque hoje em dia fala-se em requalificação, a mobilidade também já existia e foi praticada por Governos anteriores, não tem a ver com colocação nem na atividade, nem despedimentos como já ouvimos por aí, tem a ver com tentar reorganizar e reestruturar os serviços do Estado. E confesso, acho curioso ser o Partido Socialista a apresentar esta Moção, iremos votar contra.

A Moção sobre transportes rodoviários - TST, iremos abster-nos e iremos abster-nos pelo seguinte, nós percebemos que é importante perceber, avaliar, monitorizar e tentar acautelar aquilo que é a definição do conceito Serviço Público e perceber se no caso dos TST estão ou não estão a cumprir. Eu confesso que não tenho a certeza se estão ou se não estão. Percebo que tem havido reestruturação, tem havido alguma suspensão de carreiras, nalguns casos se calhar até é racional que tenha acontecido isso, agora não tenho as certezas absolutas que este documento aqui apresenta. Apesar de tudo e pensamos que sim senhor o Governo deve acompanhar o cumprimento do serviço público que está associado a este tipo de concessionários e por isso entendemos nós que muito bem, seja feito este acompanhamento por parte de quem de direito. Irei-nos abster.

Em relação à Moção da Biblioteca da Trafaria iremos votar favoravelmente.

Em relação ao regime de rendas apoiadas iremos votar contra e dar apenas nota disto, eu acho que independentemente de concordarmos ou não concordarmos com a solução legislativa que está em questão, é importante também termos a consciência e não usarmos o discurso facilitista e populista de acenar com a bandeira dos aumentos proporcionados de rendas perante uma solução e uma situação que levou a que ao



longo de muitos anos elas não fossem atualizadas. Mal ou bem não foram, aliás deixar bem claro que também me surpreende o discurso do Partido Socialista, que as atualizações de rendas veja-se, começaram em 2010. Em 2010, segundo me recordo o Governo até era do Partido Socialista. Por isso acho extraordinário a posição do Partido Socialista aqui manifestada, quando até quem começou o processo de atualização foi o Governo anterior. Mas paciência, as coisas são como são, a má memória fica com quem a tem, infelizmente é o que temos. Iremos votar contra.

Em relação ao documento do SNS iremos votar contra por vários motivos. Em primeiro lugar porque nós somos a favor de um SNS obviamente, somos a favor de tentarmos criar um máximo de condições generalizadas de acesso aos cuidados de saúde. Somos a favor que se tente encontrar as diligências necessárias para reorganizar aquilo que não é propriamente fácil, mas eu acho que a forma como foi construída esta suposta plataforma, como foram concretizados estes supostos movimentos de utentes, bom e isto é claro quando assim é, quando o local de reunião é as instalações da CGTP. E por isso eu confesso que não deixando de perceber a ambição, o objetivo e ao fim ao cabo tentarmos todos lutar por uma melhor saúde para todos, estarmos a tentar gerar uma plataforma a partir de uma reunião gerada na sede da União de Sindicatos de Setúbal - CGTP, bom acho que isto... muito aquilo que é o modo e quem organiza legitimamente, mas objetivamente e face a isto nós não iremos acompanhar.

Em relação à Mostra de Teatro nós iremos votar favoravelmente, com como a Companhia de Dança de Almada.

Em relação aos direitos das crianças, apresentado pelo Bloco. Também deixar nota, para que conste em ata, também nós somos a favor dos direitos das crianças, agora, eu acho que este documento é uma baralhação. Peço imensa desculpa aos autores, têm todo o direito de apresentarem o texto que entendem, mas misturar a Convenção dos Direitos das Crianças, depois com estudos estatísticos apresentados e depois ainda misturar aquilo que são a governação com a consequência num conjunto de indicadores estatísticos, como se Portugal tivesse começado em 2011. Eu posso perceber que dá jeito para um documento panfletário, não é é sério. E não sendo sério nós não podemos acompanhar, não deixando de continuar a destacar que o direito das crianças, a proteção aos desfavorecidos e uma política social ativa dentro daquilo que são os meios limítrofes que o Estado tem, faz sentido, deve existir, deve ser robustecido na medida das possibilidades. E portanto que fique claro que não está



em causa o direito das crianças, o apoio à proteção social, está em causa a forma como este documento aparece com uma baralhação que do ponto de vista intelectual eu diria que é no mínimo questionável.

Em relação ao documento sobre a violência das mulheres, por ser mais factual iremos votar favoravelmente.

Em relação ao documento sobre o Orçamento do Estado, seja do Bloco, seja da CDU, deixar claro, como não podia deixar de ser, vamos votar contra. Mas eu acho curioso continuar-se aqui a falar em empobrecimento, quando o País vai ter em 2014 a inflexão de ciclo económico com crescimento da criação de riqueza, com a diminuição de desemprego, com a criação líquida de emprego, ou seja aquela falácia das emigrações com a criação líquida de emprego, cerca de cem mil novos postos de trabalho. Eu diria que os factos falam por si. Com o aumento dos indicadores de produção industrial, com o aumento dos indicadores dos índices de confiança seja dos consumidores, seja dos empresários, com o aumento dos indicadores das exportações. Bom, eu diria que pode haver críticas e elas são todas discutíveis e legítimas, agora tentar fazer dos números aquilo que eles não são. Quando há inflexão de ciclo económico, baixa de desemprego, criação líquida de emprego. Eu diria que é muita imaginação, mas tem pouca adesão com a realidade.

Em relação à Moção “Desenvolvimento da Trafaria apresentada pela CDU, iremos abster-nos. Iremos abster-nos porque nós concordamos com muitas das necessidades daquela freguesia. Mas era importante que a força política que tem tido responsabilidades neste Concelho e nós temos tido por vezes responsabilidades a nível governamental, temo-lo feito até publicamente para reivindicar mais atenção em relação àquela terra e mais atenção em relação a algumas soluções que no caso não deviam ter sido pensadas para aquela terra, e se calhar noutras situações outros Partidos não fariam o mesmo que nós temos feito, ainda assim há aqui um conjunto de obras que é incrível que em quarenta anos de poder da mesma força nunca foram concretizadas na Trafaria. Pode-se exigir ao Governo, pode-se achar que o Governo é que tem culpa de tudo e mais alguma coisa, mas quarenta anos e tanta coisa para fazer, quarenta anos e tanta coisa por fazer. Não acha que isto devia fazer-nos refletir um bocadinho mais antes de apresentar um conjunto tão grande de reivindicações que parece que afinal só o Governo é que pode dar resposta?

Eu acho que um bocadinho de humildade e alguma capacidade de reconhecer erros fazia bem e seria mais honesto, apesar de tudo por seriedade iremos acompanhar



estas reivindicações que são de desenvolvimento que nós também queremos suportar a esse nível.

Em relação à Moção do Arsenal do Alfeite, dar nota que isto é recorrente, a única novidade é que desta vez aparecem aqui a questão dos submarinos serem feitas as reparações no Arsenal do Alfeite. Bom, eu não quero andar a misturar aquilo que não se deve misturar, mas os próprios responsáveis da Marinha e até do Arsenal do Alfeite e até trabalhadores do Arsenal do Alfeite, reconhecem que isto não era possível fazer no Arsenal do Alfeite. Com todo o respeito, e eu também acho que o Arsenal do Alfeite tem que ser valorizado, independentemente da gestão ser pública, ser privada, mas a reparação dos submarinos no Arsenal do Alfeite não era possível desde o início. Isto é reconhecido por toda a gente. E por isso eu acho que isto é uma falácia tão grande e estamos a reiterar o tema legitimamente, mas eu acho que é chover um bocadinho no molhado, tantas vezes que já foi aqui discutido. Agora, este ponto um que é inovador, é uma inovação que não é possível, isto é reconhecido por todos. O Arsenal não tem instalações para recolher e para receber os submarinos, não tem capacidade técnica para fazer essas reparações dos submarinos, isto já se sabia desde o início, isto é público. E por isso eu confesso que me surpreende que se acrescente um argumento que é falacioso. É que se me disserem, vamos defender o Arsenal independentemente se agora é gestão pública ou gestão privada, eu até percebo, agora acrescentar este ponto, toda a gente sabe que não é possível. É que eu confesso a minha surpresa, eu percebo que se tem que encontrar mais alguma coisa para este documento de vez em quando cá vir, agora acho que era desnecessário, confesso e era bom falarem com os camaradas que têm representado o Arsenal do Alfeite, porque eles próprios assumem que não podia já ser feito, face a um conjunto de falta de características do Arsenal do Alfeite.

Em relação ao PAN e à questão dos animais, nós concordamos que é importante uma fiscalização para saber se estes espetáculos cumprem ou não cumprem aquilo que tem que ser o respeito pelos animais, pelos trabalhadores, o cumprimento das leis em relação aos espetáculos. Agora achamos que é excessivo estar a proibir sem saber quem cumpre e quem não cumpre. Quem não cumpre realmente se calhar não devia ter licenciado a atividade e os espetáculos, quem cumpre se calhar o princípio não deveria ser generalizar aquilo que não deveria ser generalizado. E portanto, não iremos votar favoravelmente.

Em relação à colocação das guardas de proteção iremos votar favoravelmente.



Em relação à Saudação que foi apresentada sobre os prémios que a Câmara e os SMAS ganharam, iremos votar favoravelmente.

Em relação à questão do nascimento de António Paixão, favoravelmente.

Em relação às 40 horas, iremos votar contra, por razões que já foram aduzidas no passado.

Em relação à Estrada Regional 377-2, dar nota que iremos votar contra. Iremos votar contra porquê? Nós ao contrário de outras forças que se calhar vão votar contra por outros argumentos, nós entendemos que a Costa da Caparica no âmbito da requalificação que merece e tem que ter, independentemente se é com Polis ou sem Polis, porque nós desde o início achamos que o Programa Polis foi mal pensado, com um modelo de financiamento que era irrealizável, mas o Governo o atual Governo tem que encontrar soluções para que a requalificação continue e portanto isso que também fique claro, mas a Estrada Regional 377-2 é uma necessidade. Agora eu acho que a Estrada é uma necessidade e é compatível com a reorganização e reordenamento daquelas terras nomeadamente as terras de cultivo. Bom, e nós estamos a falar de uma área onde para começo de conversa temos logo ali um Bairro a florescer que não devia lá estar. E portanto a reorganização daquele território é que tem que ser feito, mas é compatível a Estrada e as Terras, não é compatível a habitação ilegal e outro tipo de iniciativas que existem por ali. Portanto, nós sempre defendemos a Estrada, acompanhada pela Proteção Ambiental e com as terras de cultivo. E para nós é um ponto de honra que fique claro e não mudamos de posição percebendo e respeitando a posição do CDS, mas iremos votar contra esta Moção.

E a questão do Cante Alentejano como é óbvio acho que qualquer português fica orgulhoso quando um elemento da nossa cultura, das nossas gentes, do nosso povo é distinguido internacionalmente e é uma marca que fica e é mais um ponto da nossa cultura que se propaga pelo mundo.”

7.4.4 - O Sr. Deputado Municipal Carlos Guedes (BE):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

O Bloco de Esquerda sente necessidade apenas de precisar duas questões.

Em relação ao PEC 4 que nós pensávamos que estivesse morto e enterrado, é bom que tenhamos memória, o PEC 4 seguiu-se ao PEC 1, ao PEC 2 e ao PEC 3, documentos contra os quais o Bloco de Esquerda sempre esteve. O Bloco de Esquerda não abriu caminho nenhum à direita porque sabemos perfeitamente que o



PS faz esse trabalho muito bem sozinho. Não nos esqueçamos que o PEC 4 continha a privatização dos CTT, prossupunha a privatização da TAP entre outras coisas, portanto nós não poderíamos votar favoravelmente esse documento e não abrimos a porta a ninguém que fique claro.

Quanto às questões levantadas pelo Sr. Deputado Nuno Matias do PSD, em relação à nossa Moção sobre os direitos das crianças. Não há baralhação nenhuma Sr. Deputado, os dados são dados, vá falar de baralhação ao mais de meio milhão de crianças que perdeu o direito ao abono de família neste País, vá falar de baralhação a uma em cada três crianças neste País que estão em risco de pobreza, vão falar de baralhação às crianças cuja única refeição quente que comem no dia a dia é nas suas escolas, escolas que para possibilitarem que essa refeição se mantenha vão estar abertas durante o período da pausa letiva.

Portanto, não há baralhação e não há panfletagem nenhuma com uma coisa que para nós é e creio que será para todos sagrada que são os direitos das crianças.

Os dados são dados e estão aí, e diz o Relatório da Convenção dos Direitos das Crianças em Portugal, e passamos a citar: “a austeridade conduz a uma negação ou violação dos direitos das crianças”. A baralhação, percebemos é que existe atrapalhação, porque os Srs. são os executores destas políticas assassinas.”

7.4.5 - O Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Sr. Presidente se me permite, faço também à semelhança da CDU, aqui duas considerações que não têm exatamente e diretamente a ver com esta Assembleia.

Relativamente o CDS-PP também se junta à CDU naquela notícia que surpreendeu todo o mundo que é relativamente a uma abertura que possa haver de ambas as partes relativamente a Cuba e aos Estados Unidos da América para que este mundo fique um pouco mais seguro, para que haja mais democracia e para que efetivamente os direitos humanos também já aqui falados, seja uma constante e tenham o progresso que realmente merecem que este mundo também merece. Infelizmente ficamos à espera que noutras partes do Globo essa mesma abertura à democracia também seja realmente uma realidade.

Depois, outra consideração que eu também gostaria de fazer, também não diretamente relativamente à questão da Assembleia Municipal, mas é também uma boa notícia que foi dada hoje diretamente e vinda de Bruxelas, relativamente às quotas de pesca para Portugal. Eu penso que é desta feita, é um marco



importantíssimo para o desenvolvimento da pesca que é muito caro à questão do nosso Concelho, e portanto era uma questão que eu gostaria de frisar e não deixar passar nesta mesma Assembleia.

Depois relativamente e eu começo desde já pela questão da Moção do CDS-PP que desde já aceitamos o desafio, digamos assim o repto do PS para votar esta mesma Moção por pontos. Portanto, por parte do CDS é aceite.

E gostaria apenas de frisar aqui duas situações. Primeiro que tudo, fica mais uma vez marcadas posições relativamente a esta questão da estrada 377-2, nomeadamente por parte da CDU, que enfim inequivocamente e respeitamos como é óbvio, respeitamos a posição de cada força política e também gostaria de acrescentar que relativamente à intervenção do Sr. Deputado do PSD que o CDS-PP entende que não é só uma questão dos Bairros, é evidente, temos um bairro de lata no Concelho, é evidente que é mau, achamos que essa mesma situação não passa de forma alguma pela construção da estrada, mas que a construção da estrada não mexe apenas só com a questão, que se tornem aqueles campos, não são uns metros mais para trás ou uns metros mais para a frente, tem a ver com questões da fauna, tem a ver com questões da flora, inclusivamente com a própria estabilização da Arriba Fóssil. Portanto, gostaria que esta questão fosse aqui frisada.

Depois relativamente às Moções apresentadas pela CDU, iremos votar contra. Relativamente à Saudação, que à Companhia de Dança de Almada e também relativamente à Mostra de Teatro de Almada que nós entendemos que são neste caso duas mais valias para a cidade, neste caso também o Teatro de Almada com o apoio da Câmara Municipal de Almada e bem, e com também com certeza com o apoio da Secretaria da Cultura. Portanto, iremos votar favoravelmente estas duas Moções.

Votaremos também favoravelmente a questão da Moção dos TST, é uma questão que o CDS-PP também já trouxe aqui no outro Mandato relativamente a esta questão, não esquecendo que e em reunião com os TST também já no passado, os próprios TST também se queixaram, nomeadamente por questões que têm a ver com o traçado, questões que têm a ver com o próprio pavimento, com os lancis e portanto também achamos importante que estas questões sejam, quando apresentadas, sejam apresentadas também na sua totalidade para que efetivamente possamos resolver estes mesmos problemas.

Relativamente à questão da Biblioteca da Trafaria, votaremos a favor.



O desenvolvimento da Trafaria, vamo-nos abster, dando em conta também e frisando aqui aquela questão que é apresentada num dos pontos relativamente ao reforço e apoio das pescas para o Concelho.

Depois relativamente à Saudação dos prémios, enfim não vamos votar contra, como é óbvio, a atribuição de prémios ao Município de Almada, agora não podemos deixar de apresentar o nosso ponto de vista relativamente à mobilidade que nós entendemos que no Concelho de Almada não é suficiente, é inclusivamente, tem bastantes lacunas como também relativamente a uma que nós com certeza colocaremos mais tarde que é relativamente aos resíduos, limpeza urbana e que nós entendemos que temos aqui muita matéria para mais tarde também refletir.

Relativamente às Moções do Partido Socialista, em defesa dos postos de trabalho na Segurança Social, votaremos contra; as 40 horas semanais de trabalho, votaremos contra e o outro documento, votaremos a favor.

Em relação às Moções apresentadas pelo Bloco de Esquerda, votaremos contra o OE para 2015. Relativamente à questão dos direitos da criança, já foi aqui falado, não como é óbvio nem poderia ser, o CDS-PP não está contra os direitos das crianças, mas pela mesma razão já aqui apresentada, portanto não votaremos favoravelmente este documento, tendo em conta a parte do corpo deste mesmo texto.

Já no que respeita à violência contra as mulheres, votaremos como é evidente a favor.

Depois relativamente às Moções apresentadas pelo PSD, votaremos a favor da revitalização do coração da cidade de Almada, das Freguesias e também é uma questão já bastante cara ao CDS-PP, inclusivamente no outro Mandato também e até mais atrás às hortas urbanas que é também para nós, para o CDS-PP uma aposta bastante forte aqui para o Concelho.

As duas Moções do PAN, não sei se vai descer ou não à Comissão, de qualquer relativamente à proteção das guardas, à colocação de guardas de proteção nas pontes, votaremos a favor, ou outra Moção do PAN votaremos contra, se não baixar à Comissão.”

7.4.6 - A Sr.^a Deputada Municipal Alexandra Correia (PAN):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu gostaria apenas de responder ao Sr. Deputado Nuno Matias e ao PSD pela Moção, pela proibição de espetáculos circenses com animais.



Aqui não se trata de uma questão de fiscalização, nem se trata de uma questão de porque sim, trata-se de uma coisa que está à vista de qualquer pessoa.

Não é uma implicância nossa, nós não queremos tirar o circo às crianças, nós não queremos tirar o circo às pessoas, queremos defender o direito dos animais, animais selvagens, porque se estiveram atentos aquilo que eu li, ou se leram a Moção, acho que está aqui explicito o porquê desta luta e o que defendemos, a razão são os maus tratos. Normalmente não é à vista de outros, as coisas são feitas noutros contextos, basta um pouco de busca pela internet por exemplo, para se encontrarem uma série de casos, de coisas que se passam nos bastidores dos circos, nomeadamente daqueles que temos aqui na nossa cidade, e era só isto que eu queria dizer.”

7.4.7 - O Sr. Deputado Municipal Pedro Oliveira (BE):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

É difícil para quem passou quarenta e dois anos no Arsenal do Alfeite ouvir aqui alguns comentários, sobretudo da forma como eles são feitos.

Em 2009 existiu uma reestruturação e o que aconteceu, que além de trezentos trabalhadores que foram para a mobilidade, outros trezentos foram obrigados a requerer a aposentação para não perderam ainda e cada vez mais.

Hoje o que os trabalhadores do Arsenal do Alfeite estão preocupados é com o seu futuro. E quando em 2008 e 2009 foram enviados para a Alemanha dezenas e dezenas de trabalhadores na perspetiva de aprendizagem relativamente aos submarinos, para no futuro essas reparações serem feitas em Portugal, serem feitas no Arsenal do Alfeite, não percebo os comentários de dizer que não é possível no Arsenal do Alfeite realizar-se. Não percebo. Os trabalhadores do Arsenal do Alfeite estão preocupados com o seu presente e com o seu futuro, e não acreditam que qualquer medida de reestruturação que venha a ser feita, não venha de novo a ser feita no sentido dos despedimentos e de criar grandes dificuldades às famílias do nosso Concelho. É só isso que eu gostaria de dizer neste ponto e na discussão das Moções.”

7.4.8 - A Sr.^a Deputada Municipal Luísa Ramos (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Alguns breves comentários sobre a fundamentação para votarem contra algumas Moções da CDU. E a começar por esta questão do Arsenal, dizer que subscrevemos a intervenção do Sr. Deputado do Bloco de Esquerda sobre esta matéria, e dizer que



se o Arsenal do Alfeite da Marinha ainda está a sobreviver é pelo empenhamento dos seus operários, é pelo empenhamento dos seus técnicos, é pelo empenhamento dos seus trabalhadores. De resto acho que o Sr. Deputado está mal informado, o Sr. Deputado do PSD, e sugeria-lhe que falasse com os seus companheiros. Nós falamos com os nossos camaradas e os Srs. devem falar com os seus companheiros da administração e até se calhar com pessoas da Marinha, Oficiais da Marinha, que vos podem garantir que o Arsenal para ser viável, para ser uma empresa estratégica do País tem que estar ao serviço da Marinha, tem que potencializar a formação dos seus trabalhadores e não fazer estes negócios para interesse de alguém.

Depois dizer também que fica claro quando se vota contra uma Moção, por causa do sítio onde ela é feita, é natural que façamos reuniões na sede da CGTP, porque obviamente que a CGTP está de acordo a cumprir a Constituição porque obviamente que a direção e os dirigentes sindicais da CGTP estão ao lado de quem trabalho, estão ao lado dos profissionais da saúde e estão ao lado dos utentes que têm e que devem continuar a sua luta em defesa do Serviço Nacional de Saúde. Estranho seria que fossemos reunir numa qualquer sede do Grupo Mello, ou seja lá onde for, que hoje assumem a saúde como um negócio a começar pelo Sr. Primeiro Ministro, que na inauguração de uma unidade de saúde no norte disse que havia espaço para o negócio da saúde para os empresários. Seria estranho é que nós fossemos de facto reunir com os representantes do capital em defesa do SNS. Mas também acho interessante que o Partido Socialista traga o desenterrado PEC 4, quando parece que hoje já ninguém fala nem nos principais dirigentes do Partido Socialista dos problemas do PEC 4, só faltou acrescentar uma coisa, é que o PS só se alia à direita porque o PCP o empurrou para a direita. O PS não precisa de empurrar para a direita porque o PS revê-se em muitas políticas de direita. E portanto, o que nós lamentamos é que não foi o PCP que mudou de voto, quem mudou de voto sobre os PEC's foi o PSD e o CDS. E já agora, quem votou para que o PSD e o CDS, para a direita estar no poder foi o povo português e não foi o PCP ou a CDU.

E finalmente dizer que pensamos que trazer para aqui aquilo que são as grandes questões de falta de entendimento ou de entendimento mais ou menos implícito daquilo que se passa na Assembleia da República, não merece, não devia merecer de facto esta falta de convergência naquilo que é reconhecido pelo esforço que este Município faz na qualidade de vida dos Municípios.”

7.4.9 - O Sr. Presidente da Câmara Municipal:



“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Duas ou três notas sobre as matérias que estão em discussão e sobre as quais a Câmara sente necessidade de se pronunciar.

Seria de facto importante que desta Assembleia resultasse, não podemos dizer um voto de censura, mas uma clara discordância em relação ao OE que foi aprovado pela Assembleia da República, isso ajudava e dava força à nossa posição na Associação Nacional dos Municípios. Quando digo nossa posição estou a dizer posição do Município de Almada na ANMP, onde justamente este OE pelas suas implicações e os seus reflexos naquilo que é o Poder Local e a sua autonomia se revela como extremamente negativo. E de certa forma lamentamos que o Partido Socialista aqui opte por uma posição de não nos acompanhar ou não acompanhar a proposta que está em cima da mesa sobre esta matéria e na qual se procuram salvaguardar apesar de tudo responsabilidades que naturalmente ao longo dos anos também o Partido Socialista tem tido na condução da política nacional. Sobre isso nem era preciso dizermos nada, bastava ouvir a intervenção do Deputado Nuno Matias que chamava em vários pontos, lembrava o Partido Socialista sobre as questões da mobilidade, sobre as questões do arrendamento e já nem sequer falo, porque hoje não vem aqui à colação a questão da privatizações, onde infelizmente durante alguns anos as coisas não correram bem ou pelo menos no sentido em que agora e bem, penso eu, para onde o Partido Socialista se pretende orientar e ainda bem, digo eu. Ainda bem, assim se confirma essa vontade, esse desejo e naturalmente cá estaremos se for necessário para fazer caminho comum. Mas é pena que hoje em relação a esta votação em concreto o Partido Socialista não acompanhe a Moção que está a votação.

Questões que também gostava de referir. É evidente que para nós o facto do PSD ter a posição que tem em relação à lei do arrendamento, é conseqüente também com a mesma posição que tem em relação à isenção ou não isenção da Derrama. Porque podíamos dizer, os sinais que o PSD pede que façamos ao patronato é pena que não nos peça que façamos em relação às pessoas que têm pobreza e aos pobres. Portanto, o PSD que tanto se preocupa com a Derrama, depois não se preocupa nada com estas questões do aumento das rendas, mas é conseqüente com o PSD, é conseqüente com a sua posição quando se manifesta tão preocupado com a intervenção da CGTP em relação às questões da saúde, mas noutros sentidos já não, ou quando as coisas correm noutro sentido já não manifesta as mesmas



preocupações. Frequentamos naturalmente salas diferentes, não somos nós que queremos levar os conflitos de classe ao ponto para onde o PSD e o Governo atual os tem empurrado. Também é bom que isto fique claro. Não somos nós que temos uma perspetiva de defesa da independência da soberania nacional, em que procuramos que os portugueses se aproximem, não somos nós que procuramos cavar divisões dessa natureza, é o PSD que as cava.

Em terceiro lugar as questões da revitalização. Disse o Sr. Deputado em relação às questões sociais que o Governo desenvolve uma política social ativa no quadro dos meios limitados que o Estado tem. E nós podíamos dizer que a Câmara Municipal de Almada desenvolve uma política de implementação de hortas urbanas no quadro dos meios limitados que a autarquia tem e que a mesma coisa a autarquia de Almada desenvolve a dinamização dos espaços públicos da cidade no quadro dos meios limitados que a autarquia tem. Que fique claro, não por estarmos ali a definir que são seis meses com aquele tom de ultimato que é colocado, que o problema se resolve como toda agente compreende. Aquilo que tem sido o esforço que a autarquia tem vindo a desenvolver é de criar condições e melhores condições para que os nossos empresários aproveitem as possibilidades que lhes são oferecidas para desenvolver a sua atividade económica e que participem na animação da vida da cidade. Não há impedimentos em relação a essa participação, agora naturalmente também que fique claro aquela coisa que durante tanto tempo se denuncia de que as entidades particulares e as empresas só sabem viver se viverem à custa do Estado, neste caso a viverem à custa da Autarquia, também não estamos de acordo com isso. Agora de repente aquilo que se aplica para o Estado dizer, as empresas não podem viver à conta do Estado, foi o discurso que se utilizou durante muito tempo, mas agora diz-se, não, não, mas aqui em relação à Autarquia é preciso que a Autarquia faça que é para as empresas poderem singrar.

Nós estamos cá para nos entender, que isto fique claro.

E portanto não vale a pena estarmos a cavar fossos entre os empresários, os comerciantes e as pessoas e a Autarquia com estas questões das hortinhas que são de facto importantes, mas depois as pessoas reduzem-nas em instrumentos de trabalho e de luta política sem sentido nenhum ou das questões da animação do centro da cidade.

Nós podíamos dizer, investimos algumas centenas de milhares de euros na situação particular que foi criada em relação à Costa da Caparica e continuaremos a investir



na medida dos nossos meios, em relação à animação do centro da cidade. Agora este tom, tem seis meses para dizer o que é que vão fazer, a gente em seis meses pode dizer, vamos fazer oito horas no Texugo e vamos fazer três animações em três sítios que a gente inventa e têm o Plano respondemos plenamente à questão que aqui está, é isso que se pretende? Não é nada disso. Porque é que a gente se há de andar a enganar? Não vale a pena! Temos que trabalhar em conjunto para resolver estes problemas e da nossa parte estamos abertos em relação a esse entendimento.

Arsenal do Alfeite. Não é possível. Até parece dizer o tal yes we can, onde não é possível a resposta pode ser yes we can como dizia o outro rapaz. Sim nós podemos. Agora é evidente, se nos estão a sangrar e depois dizem, mas vocês não são capazes... muito obrigado, como é que havia de ser capaz? É necessário é investir para que de facto a nossa capacidade em termos de resposta na indústria naval e já aqui foi dito, aliás também presenciei porque na altura, estive no sábado no Arsenal, enfim qual foi a perspetiva inicial em torno dos submarinos e como é que as coisas evoluíram, e como é que se foi esvaziando o Arsenal. É preciso uma atitude diferente, é preciso uma atitude diferente em todos os planos e acreditamos que somos capazes de facto de responder, desde logo não reduzindo a nossa capacidade.

Em relação às questões dos espetáculos circenses naturalmente que nós acolhemos o sentido da iniciativa, é preciso dizer isso e o facto de ela baixar à Comissão, enfim não deve deixar de que na atitude a tomar procuremos corresponder à preocupação que de uma forma geral aqui é manifestada na Assembleia, mas pensamos que nestas matérias como noutras é necessário fazermos também um trabalho de sensibilização que faz falta. E é sobretudo nesse sentido que deveríamos atuar, não é para dizer que não vamos fazer nada e quando nos pedirem os licenciamentos não tenhamos uma atitude e um olhar diferente e particular sobre aquela matéria atendendo à preocupação que aqui foi feita. Mas o que é importante também é que nestas matérias que do ponto de vista geracional são relativamente novas, todos nos empenhemos a que a consciência em torno destes problemas seja outra do que aquela que ainda hoje é predominante em largos estratos da nossa sociedade. E portanto é para esse esforço que acho que nos devemos orientar.”

7.4.10 - O Sr. Deputado Municipal José Joaquim Leitão (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;



A minha intervenção é muito breve, é apenas no sentido de tentar clarificar um aspeto da intervenção do Sr. Presidente que penso que pode ter ficado mal entendido pela Assembleia.

Não está em causa a rejeição que o Partido Socialista faz relativamente ao Orçamento da direita, não está em causa nem nunca esteve. O que está em causa é o voto relativamente ao texto apresentado pela CDU. O Bloco de Esquerda apresentou um texto equilibrado, nós votamos a favor. A CDU resolveu fazer um manifesto partidário, nós não nos podemos associar. A responsabilidade de não haver convergência de quem é? Da CDU e só da CDU.”

7.5 - Não havendo mais pedidos de palavra e após verificação do quórum, procedeu-se à votação dos documentos apresentados.

7.5.1 - A Moção/Saudação ao Cante Alentejano, Património Cultural e Imaterial da Humanidade, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Luís Palma - Presidente da União das Freguesias de Laranjeiro e Feijó, foi aprovada por unanimidade.

7.5.2 - A Moção/Deliberação Em defesa dos postos de trabalho na Segurança Social, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Sérgio Bastos, foi aprovada por maioria com trinta e dois votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do BE, do PAN e Ind.) e seis votos contra (de eleitos do PSD e do CDS-PP).

7.5.3 - A Moção/Deliberação sobre Degradação do transporte rodoviário - TST, apresentada pela Sr.^a Deputada Municipal Margarida Carvalho - Presidente da União das Freguesias da Charneca de Caparica e Sobreda, foi aprovada por maioria com trinta e três votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do BE, do PAN, do CDS-PP e Ind.) e cinco abstenções (de eleitos do PSD).

7.5.4 - A Moção/Saudação à Construção de espaço cultural - Biblioteca da Trafaria, apresentada pela Sr.^a Deputada Municipal Teresa Coelho - Presidente da União das Freguesias de Caparica e Trafaria, foi aprovada por unanimidade.

7.5.5 - A Moção/Deliberação sobre o novo regime de arrendamento apoiado para habitação social, apresentada pela Sr.^a Deputada Municipal Ana Luísa Carvalho, foi



- aprovada por maioria com trinta e dois votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do BE, do PAN e Ind.) e seis votos contra (de eleitos do PSD e do CDS-PP).
- 7.5.6** - A Moção/Deliberação Em defesa do Serviço Nacional de Saúde, apresentada pela Sr.^a Deputada Municipal Ana Luísa Carvalho, foi aprovada por maioria com trinta e dois votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do BE, do PAN e Ind.) e seis votos contra (de eleitos do PSD e do CDS-PP).
- 7.5.7** - A Moção/Saudação à 18^a Mostra de Teatro de Almada, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal João Geraldês, foi aprovada por unanimidade.
- 7.5.8** - A Moção/Saudação À Companhia de Dança de Almada, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal João Geraldês, foi aprovada por unanimidade.
- 7.5.9** - A Moção/Deliberação Direitos das Crianças sim! Austeridade não!, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Pedro Oliveira, foi aprovado por maioria com trinta e dois votos a favor de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do BE, do PAN e Ind.) e seis votos contra (de eleitos do PSD e do CDS-PP).
- 7.5.10** - A Moção/Deliberação Pelo fim da violência contra as mulheres, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Carlos Guedes, foi aprovada por unanimidade.
- 7.5.11** - A Moção/Deliberação OE para 2015 prejudica resposta municipal aos problemas das freguesias, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Carlos Guedes, foi aprovada por maioria com trinta e dois votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do BE, do PAN e Ind.) e seis votos contra (de eleitos do PSD e do CDS-PP).
- 7.5.12** - A Moção/Deliberação Pelo desenvolvimento da Trafaria, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal João Geraldês, foi aprovada por maioria com trinta e um votos a



favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do BE e do PAN) e sete abstenções (de eleitos do PSD, do CDS-PP e Ind.).

7.5.13 - A Moção/Deliberação Por um Arsenal do Alfeite ao serviço do País, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Ricardo Louça - Presidente da União das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas, foi aprovada por maioria com trinta e dois votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do BE, do PAN e Ind.), cinco votos contra (de eleitos do PSD) e uma abstenção (do eleito do CDS-PP).

7.5.14 - A Moção/Recomendação de Proibição de espetáculos circenses com animais, apresentada pela Sr.^a Deputada Municipal Alexandra Correia, foi votada para baixar à Comissão Especializada, por unanimidade.

7.5.15 - A Moção/Recomendação Colocação de guardas de proteção nas pontes, apresentada pela Sr.^a Deputada Municipal Alexandra Correia, foi aprovada por unanimidade.

7.5.15.1 - Sendo o seguinte o texto aprovado: Moção/Recomendação Colocação de guardas de proteção nas pontes

Atualmente, a maioria das pontes do conselho não possui qualquer tipo de sistema de prevenção de quedas de objetos, pessoas ou animais. Quem as utiliza tem apenas como segurança as estruturas laterais, normalmente construídas por corrimões tubulares.

Nas pontes existe um considerável aumento da intensidade da força do vento e algumas destas pontes, são pontos de passagem diários para muitas pessoas, e com elas passam os mais variados tipos de objetos, que poderão cair e atingir os veículos que passam nas estradas por baixo.

Passam também pessoas com crianças pequenas e animais, os quais estes últimos são muitas vezes mais baixos que a altura do primeiro corrimão, aumentando assim o risco de queda. São exemplos, a ponte do Pragal e as pontes do Feijó.

Considerando que nas pontes mais recentes do Concelho, houve a consideração de colocar guardas de proteção.



Nestes termos a Assembleia Municipal de Almada, reunida no dia 17 de dezembro de 2014, delibera recomendar à Câmara Municipal e às Entidades da Administração Central, em consideração da respetiva jurisdição, que coloquem guardas de segurança nas pontes do Concelho.”

7.5.16 - A Moção/Saudação de reconhecimento da ação municipal, apresentada pela Sr.^a Deputada Municipal Eva Gomes, foi aprovada por unanimidade.

7.5.17 - A Moção/Deliberação sobre o Orçamento de Estado para 2015, apresentada pela Sr.^a Deputada Municipal Luísa Ramos, foi aprovada por maioria com vinte e um votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do BE e do PAN), seis votos contra (de eleitos do PSD e do CDS-PP) e onze abstenções (de eleitos do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica e Ind.).

7.5.18 - A Moção/Recomendação - Centenário do nascimento de António, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Paixão Nuno Pinheiro, foi aprovada por unanimidade.

7.5.19 - A Moção/Deliberação Revitalizar o coração de Almada e das Freguesias, apresentada pela Sr.^a Deputada Municipal Ana Ribas, foi aprovada por maioria com dezanove votos a favor (de eleitos do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do PSD, do BE, do CDS-PP e Ind.), dezoito votos contra (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó) e uma abstenção (da eleita do PAN).

7.5.19.1 - Sendo o seguinte o texto aprovado: Moção/Deliberação Revitalizar o coração de Almada e das Freguesias

Uma cidade só cumpre realmente o seu papel se tiver a capacidade para promover a fruição dos seus espaços públicos pelos cidadãos.

Acresce que a dinamização do espaço público é um aspeto fulcral para revitalização do comércio tradicional e ainda para potenciar a atração de fluxos turísticos com origem nos concelhos limítrofes.

Por outro lado, a animação do espaço público, enquanto elemento constituinte de uma estratégia global de marketing das cidades, tem-se revelado eficaz para cumprir o acima preconizado: uma maior vivência social, revitalização do comércio tradicional e incremento do turismo.



Defende-se, assim, a mobilização de vontades e de recursos para a promoção do uso regular e programado do espaço público para manifestações culturais, envolvendo os talentos locais: músicos, atores, artistas plásticos e circenses, apenas para dar alguns exemplos.

No entanto, esta programação cultural deverá ser articulada com outro tipo de eventos, como mercados de rua para venda de produtos agrícolas locais, artesanato, antiguidades e velharias, entre outros, que transportem para o coração da cidade um ambiente descontraído e colorido.

A apesar de já haver algumas iniciativas no centro da cidade é preciso ir mais longe com estas atividades, desde que planeadas e com carácter regular, pois permitem atrair mais visitantes e promovem a fruição da nossa cidade e freguesias pelos almadenses, com evidentes ganhos para a restauração e o comércio tradicional em geral.

Almada e as suas freguesias por todo o concelho, têm espaços privilegiados para a concretização deste objetivo. As suas praças, os seus jardins, as suas ruas, a sua frente ribeirinha. Todos estes ambientes podem - e devem - ser palcos para a fruição ativa da cidade pelos cidadãos.

Sendo verdade que este desiderato só é possível através de uma estratégia concertada, articulada e participativa dos vários agentes locais, também temos a clara convicção de que compete à Câmara Municipal de Almada dinamizar e liderar este processo.

Neste sentido, a Assembleia de Municipal de Almada, reunida em reunião ordinária de dezembro de 2014, delibera recomendar ao executivo municipal que:

- Apresente até ao final do 1º semestre do ano de 2015, um plano de dinamização dos espaços públicos do Concelho, contribuindo desse modo para a melhoria do bem estar dos almadenses e desenvolvimento do seu concelho.”

7.5.19.1 - Para uma declaração de voto, usou da palavra a Sr.ª Deputada Municipal Luísa Ramos.

7.5.19.1.1 - A Sr.ª Deputada Municipal Luísa Ramos:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

A CDU votou contra o documento nº 20, porque não se revê na forma como a parte deliberativa está colocada, ou seja, que o prazo do primeiro trimestre de 2015. Até porque concordamos com uma observação feita também do Sr. Presidente da Câmara



e portanto não podemos obviamente subscrever uma deliberação que dá três meses para que a Câmara possa colocar os objetivos do corpo da Moção em funcionamento.”

7.5.20 - A Moção/Deliberação Hortas Urbanas - Um reforço na aposta!, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Paulo Sabino, foi aprovada por unanimidade. (com alterações)

7.5.20.1 - Sendo o seguinte o texto aprovado: Moção/Deliberação Hortas Urbanas - Um reforço na aposta!

A ocupação saudável e voluntária dos tempos livres ou dos tempos mortos (que as vicissitudes da vida muitas vezes impõem) é um contributo determinante para uma vivência física, psíquica e emocionais equilibradas.

A sociedade moderna tem tendência a afastar o ser humano de uma das referências importantes da sua vida, como são o contacto e a vivência com a natureza, sendo que deste contato e vivência, em casos particulares, podem cumulativamente resultar, fruto do entusiasmo e dedicação, proveitos que podem ajudar a minorar dificuldades de subsistência e/ou constituírem, ainda que com reduzida expressão, o reforço de um orçamento familiar.

A constituição de Hortas Urbanas (*Hortas Municipais*) é no contexto acima referido uma exigência de premente concretização dos que têm a responsabilidade de implementar boas decisões que tornem Almada numa referência.

A criação, disseminada pelo concelho, de Hortas Urbanas num conceito de proximidade ao usufrutuário, a divulgação atempada da sua próxima existência, bem como o empenho da autarquia na formação técnica elementar dos que dela necessitem, são exigências que devem constituir desígnio dos responsáveis autárquicos.

As Hortas Urbanas, sendo um elemento estruturante para a “ ... *materialização da estrutura verde do concelho e a rede de corredores ecológicos...*” não são, todavia, um fator proporcionador de visibilidade eleitoral pode tender a ser “*uma coisa para se ir fazendo*” e, deste modo, os benefícios que resultem da sua existência podem esperar por “melhores dias”.

No concelho de Almada existem (em todas as freguesias) locais, de propriedade pública e camararia, onde podem (é urgente!) ser criadas Hortas Urbanas em resposta à necessidade sentida por um número espantosamente crescente de almadenses bem



visível na proliferação anárquica e acelerada de hortas em (quase) tudo o que é terreno de cultivo livre!

Impõe-se, pois, numa “resposta” dos responsáveis pela gestão autárquica, que soluções primeiras sejam, com a maior brevidade, replicadas e disseminadas.

Tendo presente a importância que as Hortas Urbanas assumem para a preservação da qualidade ambiental e o bem-estar psicossomático dos que delas usufruem, a Assembleia Municipal do Município de Almada, reunida em reunião ordinária de dezembro de 2014 delibera:

- Recomendar que a Câmara Municipal de Almada prossiga e aprofunde o plano de implementação de Hortas Urbanas.”

7.5.21 - A Moção/Deliberação - O aumento do horário de trabalho para as 40h é contraproducente, prejudica as famílias e não contribui para a melhoria dos serviços públicos, apresentada pela Sr.^a Deputada Municipal Vanda Lima Silva, foi aprovada por maioria com trinta e dois votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do BE, do PAN e Ind.) e seis votos contra (de eleitos do PSD e do CDS-PP).

7.5.22 - A Moção de Reconhecimento sobre A importância das Terras da Costa e da Arriba Fóssil, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco, foi votada por pontos:

Corpo - rejeitado por maioria com trinta e quatro votos contra (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do PSD e Ind), um voto a favor (do eleito do CDS-PP) e três abstenções (de eleitos do BE e do PAN).

Ponto 1 - rejeitado por maioria com trinta e quatro votos contra (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do PSD e Ind.), um voto a favor (do eleito da CDS-PP) e três abstenções (de eleitos do BE e do PAN).



Ponto 2 - aprovado por maioria com vinte votos a favor (de eleitos do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do PSD, do BE, do PAN, do CDS-PP e Ind.) e dezoito votos contra (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó).

Ponto 3 - rejeitado por maioria com vinte e três votos contra (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó e do PSD), treze votos a favor (de eleitos do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do PAN, do CDS-PP e Ind.) e duas abstenções (de eleitos do BE). (com alterações)

7.5.22.1 - Sendo o seguinte o texto aprovado: Moção de Reconhecimento A importância das Terras da Costa e da Arriba Fóssil

A Assembleia Municipal de Almada reunida em sessão ordinária do mês de dezembro de 2014 informa do reconhecimento da importância estratégica para o Concelho da defesa da agricultura e dos postos de trabalho das Terras da Costa tal como a preservação e proteção do restante património ambiental e paisagístico onde se insere a Arriba Fóssil da Costa da Caparica.”

7.5.23 - A Moção/Deliberação ao Cante Alentejano, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco, foi aprovada por unanimidade.

8 - Considerando o adiantado da hora decidiu-se interromper os trabalhos para continuar na segunda reunião, dia 18 de dezembro de 2014.

9 - Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na Reunião, do Presidente da Câmara Municipal, Excelentíssimo Senhor Joaquim Estevão Miguel Judas e dos Vereadores Excelentíssimos/as Senhores/as Francisca Luís Baptista Parreira, Vítor Manuel dos Santos Castanheira, Joaquim António da Silva Gomes Barbosa, António José Pinho Gaspar Neves, Francisco Miguel Pereira Cardina, José Manuel Raposo Gonçalves, António José de Sousa Matos, Maria Amélia de Jesus Pardal e Rui Jorge Palma de Sousa Martins.

10 - Foi verificada a presença na Reunião do Jornalista, Senhores Miguel Ribeiro do Boletim Municipal DIRP - CMA, das Srs. Juristas Teresa Canarias e Maria João Gomes de apoio à Presidência da Câmara Municipal de Almada, e de vinte e um Srs. Múncipes.



MUNICÍPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

- 11 - Foi entretanto requerido a aprovação da Minuta da Ata, que foi aprovada por unanimidade.
- 12 - Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião eram 01H05 do dia 18 de dezembro de 2014.
- 13 - Por ser verdade se elaborou a presente Ata, que vai ser assinada pela Mesa.

O PRESIDENTE _____

A 1ª SECRETÁRIA _____

A 2ª SECRETÁRIA _____